

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**VIVIANE NERY DA SILVA**

**GEOGRAFIA E GÊNERO: ESTRATÉGIAS PARA A PERMANÊNCIA DO  
CAMPEINATO NAS AGROVILAS DO ASSENTAMENTO RURAL JOANA D'ARC  
III, PORTO VELHO/RO**

**PORTO VELHO – RO**

**2015**

**VIVIANE NERY DA SILVA**

**GEOGRAFIA E GÊNERO: ESTRATÉGIAS PARA A PERMANÊNCIA DO  
CAMPELINATO NAS AGROVILAS DO ASSENTAMENTO RURAL JOANA D'ARC  
III, PORTO VELHO/RO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia, da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria das Graças Silva Nascimento Silva

**PORTO VELHO – RO**

**2015**

**FICHA CATALOGRÁFICA**  
**BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES**

Silva, Viviane Nery da.

S5861g

Geografia e gênero: estratégias para a permanência do campesinato nas agrovilas do assentamento rural Joana D'Arc III, Porto Velho – RO / Viviane Nery da Silva. / Porto Velho – RO, 2015.  
123 fls. ; il.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Fundação Universidade Federal de Rondônia / UNIR.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria das Graças Silva Nascimento Silva

1.Assentamento. 2.Gênero. 3.Camponês. 4.Coletividade. 4.Joana D'Arc III. 5.Porto Velho - RO. I.Fundação Universidade Federal de Rondônia / UNIR. II.Título

CDU 91 (811.1)

**Bibliotecária responsável: Rejane Sales - CRB11/903**

**ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**  
**VIVIANE NERY DA SILVA**

A Banca de defesa de Mestrado presidida pela orientadora **Profa. Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva** e constituída pelos examinadores **Prof. Dr. Josué da Costa Silva** e **Profa. Dra. Siane Cristhina Pedroso Guimarães**, reuniram-se no dia 14 de agosto de 2015, às 15 horas na sala Rosa Ester Rossini, Bloco 1N, sito no Campus Universitário José Ribeiro Filho, para avaliar a Dissertação de Mestrado intitulada "**Geografia e Gênero: Estratégias para a permanência do Campesinato nas Agrovilas do Assentamento Rural Joana D'Arc III Porto Velho-RO**" da mestrand **Viviane Nery da Silva**, matrícula 201310057. Após a explanação da mestrand e arguição pela Banca Examinadora, a referida DISSERTAÇÃO foi avaliada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia foi considerada APROVADA. Conforme determinação do Colegiado do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia, a candidata tem o prazo de até 90 (noventa) dias, a contar desta data, para realizar as correções sugeridas pela banca e entregar as cópias definitivas de sua dissertação.

Porto Velho, 14 de agosto de 2015.

**Profa. Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva**  
Orientadora/presidente

**Prof. Dr. Josué da Costa Silva**  
Examinador Interno

**Profa. Dra. Siane Cristhina Pedroso Guimarães**  
Examinadora Externa

## **DEDICATÓRIA**

*Ao meu amado filho Rafael Nery, meu exemplo de força e superação, que me motiva diariamente e que me faz vencer obstáculos.*

## **AGRADECIMENTOS**

*Deus em primeiro lugar, que nos momentos mais difíceis da caminhada acadêmica me permitiu continuar diante das dificuldades e, principalmente, deu-me forças para levantar e não desistir.*

*A minha orientadora, Maria das Graças Silva Nascimento Silva, pela oportunidade de participar do grupo de pesquisa GEPGÊNERO, ensinando-me a importância desta discussão. E, ainda, pelo carinho e pela dedicação diante das minhas limitações.*

*Aos meus professores e professoras da graduação, que tiveram sua importância e contribuição em minha formação.*

*Às famílias do Assentamento Rural Joana D'Arc III, parte agrovila, pela colaboração na pesquisa, em especial à Dona Anita e ao Seu Juarez, com os quais estabelecemos uma convivência, tornando o trabalho de campo uma grande experiência de vida.*

*Às pesquisadoras e colaboradoras do grupo de pesquisa GEPGÊNERO, em especial Cláudia, Gracimar, Ana Carla e Kellyane.*

*Ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia – PPGG, pela oportunidade.*

*À CAPES pela bolsa que me auxiliou durante a pesquisa.*

*Aos meus familiares, em especial aos irmãos e sobrinhos.*

## RESUMO

A pesquisa foi desenvolvida no Assentamento Rural Joana D'Arc III, localizado a 100 quilômetros da área urbana da cidade de Porto Velho, nas agrovilas: Vencedora, Sergio Rodrigues, Pequena Vanessa, Chico Mendes, Padre Ezequiel e União dos Camponeses. O objetivo desta pesquisa foi identificar qual o desempenho dos produtores rurais de Joana D'Arc III na criação e na implementação de estratégias que permitam a permanência do campesinato. Dentro dessa perspectiva, buscou-se, também, compreender a organização social e espacial desse assentamento, analisando o processo produtivo e a participação das mulheres nas atividades econômicas, enfocando, principalmente, a produção de farinha, que é a base da economia do PDSA. Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizados questionários, entrevistas, trabalhos de campo e análise bibliográfica do PDSA do assentamento. Durante o desenvolvimento da pesquisa foi possível identificar algumas problemáticas nessa comunidade, como o solo encharcado, a invasão de animais peçonhentos e o aumento do número de mosquitos; todos esses problemas foram potencializados com a cheia do Rio Madeira no ano de 2014. Outro problema que surgiu dentro desse contexto foi a separação dos moradores do Assentamento Joana D'Arc (I, II, III e agrovilas), divisão que se deu com a formação de dois grupos: os que desejavam deixar o assentamento e os que desejavam permanecer no local. Tendo em vista que os principais objetivos da pesquisa estão voltados para a permanência do campesinato, justifica-se que os instrumentos da pesquisa foram aplicados com o grupo que deseja continuar no assentamento, embora o outro grupo não tenha deixado de ser evidenciado. A pesquisa traz como tema norteador, para justificar a permanência desse grupo, a questão do trabalho em grupo ou do trabalho organizado através da associação ou, ainda, a associação como o principal meio articulador entre o assentamento e as mais relevantes instituições públicas e/ou privadas.

Palavras-Chave: Assentamento, Gênero, Camponês, Coletividade.

## ABSTRACT

The research was developed in the Rural Settlement Joan arcIII, located 100 kilometers from the urban area of the city of Porto Velho, in agrovilas: Winner, Sergio Rodrigues, Vanessa Small, Chico Mendes, Father Ezequiel and Union of Farmers. The objectives of this research were to identify: What is the performance of farmers of Joan of Arc III in creating and implementing strategies that allow the permanence of the peasantry. Within this perspective the aim is to also understand the social and spatial organization of this settlement, analyzing the production process and the participation of women in economic activities, mainly focusing on the production of flour, which is the basis of PDSA's economy. During the development of the research was possible to identify some problems in that community as the flooded soil, venomous animals invasion and the increased number of mosquitoes, all these problems were exacerbated with the full Madeira River in the year 2014. Another problem that arose in this context was the separation of the residents of the settlement Joan of Arc (I, II, III and rural villages), the division took place with the formation of two groups who wanted to leave the settlement, and who wished to remain in place. Considering that the main research objectives are focused on the peasantry of the stay is justified that the main instruments of the research were applied to the group you want to continue in the settlement, so that the other group no longer evident. The research behind as guiding theme to justify the permanence of this group, the question of group work or work organized by the association or the association as the primary means articulator between the settlement and the main public and private institutions.

Keyword: Nesting, Gender, Peasantry, Family Agriculture, Collective.



## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01	Mulheres descascadeiras de mandioca	25
Fotografia 02	Estrada principal de acesso às agrovilas. Porto Velho, 2012	43
Fotografia 03	Estrutura dos lotes das agrovilas de Joana D'Arc III	46
Fotografia 04	Ônibus da universidade em uma das viagens de campo à Joana D'Arc III. Porto Velho, 2011	51
Fotografia 05	Interior do ônibus utilizado pelos moradores do Assentamento Joana D' Arc III. Porto Velho/RO	52
Fotografia 06	Família de camponeses da agrovila Chico Mendes: Seu Juarez, Dona Anita e os filhos. Porto Velho/RO	55
Fotografia 07	Escola Municipal Flor do Amazonas. Destaque para a foto do canto direito que mostra a primeira escola da agrovila no ano de 2008. Porto Velho/RO	60
Fotografia 08	Invasão de animais silvestres nas casas do assentamento. Porto Velho/RO	67
Fotografia 09	Excesso de mosquitos. Porto Velho/RO	68
Fotografia 10	Plantio afetado pelo solo encharcado. Porto Velho/RO	69
Fotografia 11	Plantio de banana. Porto Velho/RO	73

Fotografia 12	Etapa I: mulheres descascadeiras. Porto Velho/RO	81
Fotografia 13	Armazenamento das cascas de mandioca (adubo orgânico). Porto Velho/RO	82
Fotografia 14	Mandioca de molho. Porto Velho/RO	82
Fotografia 15	Triturador de mandioca. Porto Velho/RO	83
Fotografia 16	Prensa para retirar excesso de água da mandioca. Porto Velho/RO	83
Fotografia 17	Peneira elétrica. Porto Velho/RO	84
Fotografia 18	Forno elétrico. Porto Velho/RO	84
Fotografia 19	Caminhão da SEMAGRIC. Porto Velho/RO	85
Fotografia 20	Produção de farinha. Porto Velho/RO	85
Fotografia 21	Divisão sexual do trabalho manual e mecanizado. Porto Velho/RO	86
Fotografia 22	Trabalho feminino x trabalho masculino. Porto Velho/RO	87
Fotografia 23	Estrada de acesso às agrovilas. Porto Velho/RO	93
Fotografia 24	Local de compra de passagens e embarque. Porto Velho/RO	95
Fotografia 25	Ponte sobre o rio Madeira. Porto Velho/RO	96
Fotografia 26	Interior do ônibus. Famílias e suas compras no retorno	97

para Joana D'Arc III. Porto Velho/RO

Fotografia 27	Compras de alimentos realizadas na cidade de Porto Velho. Porto Velho/RO	97
Fotografia 28	Principais dificuldades no acesso ao assentamento. Porto Velho/RO	98
Fotografia 29	Pôr-do-sol em Joana D'Arc III. Porto Velho/RO	99
Fotografia 30	Mulheres descascadeiras na casa de farinha. Porto Velho/RO	99
Fotografia 31	Escoamento da produção. Porto Velho/RO	100
Fotografia 32	Igrejas evangélica e católica. Porto Velho/RO	101
Fotografia 33	Posto de coleta de exames de malária. Porto Velho/RO	102
Fotografia 34	Caminhada para reconhecimento do local, Joana D'Arc III/Agrovila. Porto Velho/RO	102
Fotografia 35	Dona Anita e Dona Margarida, colaboradoras da pesquisa. Porto Velho/RO	103
Fotografia 36	Reunião da associação dos produtores rurais. Porto Velho/RO	104
Fotografia 37	Casa de Dona Anita e também ponto de apoio da equipe. Porto Velho/RO	104
Fotografia 38	Aplicação de questionários após a reunião dos produtores rurais. Porto Velho/RO	105

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### Lista de Figuras

Figura 01	Assentamento Joana D’Arc	49
Figura 02	Organização espacial do projeto de assentamento Joana D’Arc III. Porto Velho/RO	61
Figura 03	Esquema da organização produtiva	74

### Lista de Tabelas

Tabela 01	Datas e ações realizadas no assentamento	50
Tabela 02	Técnicas utilizadas para melhoria da produção. Porto Velho/RO	58
Tabela 03	Número de famílias que residem nas agrovilas (2015)	62
Tabela 04	Número de famílias que residem nas agrovilas (2013)	63
Tabela 05	Principais problemas do assentamento	89

### Lista de Gráficos

Gráfico 01	Faixa etária dos assentados. Porto Velho/RO	56
Gráfico 02	Sexo e titulação dos assentados. Porto Velho/RO	57
Gráfico 03	Escolaridade dos assentados. Porto Velho/RO	59
Gráfico 04	Alimentos cultivados no assentamento. Porto Velho/RO	76

Gráfico 05	Principais legumes produzidos no assentamento. Porto Velho/RO	77
Gráfico 06	Principais frutas produzidas no assentamento. Porto Velho/RO	78
Gráfico 07	Hortalças produzidas no assentamento. Porto Velho/RO	78
Gráfico 08	Localização dos lotes em relação a terra firme ou várzea. Porto Velho/RO	79

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AASR PROJ</b>	Associação dos Assentados Rurais Projeto Joana D' Arc.
<b>ASPRAV</b>	Associação dos produtores rurais da agrovila vencedores
<b>ATES</b>	Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental a Reforma Agrária
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior
<b>EMATER</b>	Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia.
<b>EMBRAPA</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>GEPGÊNERO</b>	Grupo de Estudos e Pesquisa em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero.
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>MDA</b>	Ministério do Desenvolvimento Agrário.
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
<b>PDSA</b>	Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento
<b>PA</b>	Projeto de Assentamento
<b>SEAGRI</b>	Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização fundiária.
<b>SEBRAE</b>	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
<b>SEMAGRIC</b>	Secretária Municipal de Agricultura e Abastecimento
<b>SENAR</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
<b>PRONAF</b>	Programa Nacional de fortalecimento da agricultura Familiar
<b>PIBIC</b>	Programa Institucional de bolsas de iniciação científica
<b>SEMED</b>	Secretaria municipal de Educação
<b>SEMUSA</b>	Secretaria municipal de Saúde
<b>UNIR</b>	Universidade Federal de Rondônia

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>20</b>
<b>CAPÍTULO 1 – COMPREENSÃO TEÓRICA .....</b>	<b>25</b>
<b>1.1 Conhecimento Geográfico.....</b>	<b>26</b>
<b>1.2 Geografia Crítica.....</b>	<b>27</b>
<b>1.3 Questões Agrárias no Brasil.....</b>	<b>28</b>
<b>1.4 A Marcha do Campesinato.....</b>	<b>32</b>
<b>1.5 Relações Sociais de Gênero.....</b>	<b>39</b>
<b>CAPÍTULO 2 – O TRILHAR METODOLÓGICO.....</b>	<b>43</b>
<b>2.1 Método.....</b>	<b>44</b>
<b>2.2 <i>Locus</i> da Pesquisa.....</b>	<b>45</b>
<b>2.3 Trajetória de Vida dos Assentados.....</b>	<b>47</b>
<b>2.4 Plano de Desenvolvimento Sustentável do PA Joana D’Arc III.....</b>	<b>50</b>
<b>2.5 Trabalho de Campo.....</b>	<b>51</b>
<b>2.6 Procedimentos para Coleta de Dados.....</b>	<b>53</b>
<b>CAPÍTULO 3 – JOANA D’ARCIII: UM ASSENTAMENTO DIVIDIDO.....</b>	<b>55</b>
<b>3 Análise dos Resultados: conhecendo Joana D’Arc III.....</b>	<b>56</b>
<b>3.1 Educação.....</b>	<b>59</b>
<b>3.2 Organização Sócio Espacial do Assentamento.....</b>	<b>61</b>
<b>3.3 Redução do Número de Moradores.....</b>	<b>62</b>
<b>3.4 Divisão dos Assentados de Joana D’Arc III.....</b>	<b>64</b>
<b>3.5 Grupo que Deseja Deixar o Assentamento.....</b>	<b>65</b>

<b>3.6 Novas Estratégias/Organização Produtiva.....</b>	<b>69</b>
<b>3.7 Agroindústria: conquista do trabalho em grupo.....</b>	<b>71</b>
<b>CAPÍTULO 4 – ESPAÇO PRODUTIVO.....</b>	<b>73</b>
<b>4 Organização do Espaço Produtivo.....</b>	<b>74</b>
<b>4.1 Processo de Produção da Farinha.....</b>	<b>80</b>
<b>4.2 Mulher e Espaço Produtivo.....</b>	<b>86</b>
<b>4.3 Principais Problemas do Assentamento.....</b>	<b>88</b>
<b>4.4 Permanência no Assentamento.....</b>	<b>91</b>
<b>CAPÍTULO 5 – CONHECENDO JOANA D’ARC III.....</b>	<b>93</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>107</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>110</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>113</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>118</b>



*Assentamento*

*Quando eu morrer, que me enterrem na  
beira do chapadão  
-- contente com minha terra  
cansado de tanta guerra  
crescido de coração*

*Zanza daqui  
Zanza pra acolá  
Fim de feira, periferia afora  
A cidade não mora mais em mim  
Francisco, Serafim  
Vamos embora*

*Ver o capim  
Ver o baobá  
Vamos ver a campina quando flora  
A piracema, rios contravim  
Binho, Bel, Bia, Quim  
Vamos embora*

*Quando eu morrer  
Cansado de guerra  
Morro de bem  
Com a minha terra:  
Cana, caqui  
Inhame, abóbora  
Onde só vento se semeava outrora  
Amplidão, nação, sertão sem fim  
Ó Manuel, Miguilim  
Vamos embora*

*Chico Buarque*

## APRESENTAÇÃO

Ingressei na graduação no ano de 2008, no Curso de Geografia da Universidade Federal de Rondônia e tive como principal incentivo para essa escolha os bons exemplos dos meus professores de geografia e história do Ensino Médio.

No início do curso tive algumas dificuldades, principalmente quando as primeiras disciplinas se mostraram bem diferentes das estudadas no ensino médio. Essas dificuldades marcaram o meu primeiro encontro com as disciplinas teóricas: filosofia, sociologia, epistemologia da geografia e, ainda, disciplinas como química, física, matemática e estatística, as quais testavam meu poder de perseverança. O fator tempo contribuiu para que a maioria dessas dificuldades fosse superada quando, então, outros desafios surgiram ao longo do curso. Porém, com a ajuda de colegas e a dedicação dos professores esses problemas também foram solucionados.

O primeiro contato com o grupo GEPGÊNERO foi através de sua fundadora – a Professora Maria das Graças – em algumas disciplinas ministradas na graduação e, após uma dessas disciplinas, surgiu o convite para ingressar no grupo. Nesse momento, eu participava como voluntária em um projeto de pesquisa sobre a malária em Mutum Paraná e no projeto de extensão ministrando aulas em um cursinho pré-vestibular comunitário, como bolsista.

Meu ingresso no grupo ocorreu no ano de 2010 como bolsista PIBIC, e o local da pesquisa foi o Assentamento Rural Joana D’Arc III parte agrovilas, sendo que os objetivos estavam voltados para a produção do assentamento e, também, para temas como as técnicas de manejo do solo, o escoamento da produção e as tomadas de decisões que evidenciavam as questões de gênero.

Particpei do programa de iniciação científica por dois anos e, assim, aprofundi os seguintes temas estudados: a organização sócio-espacial e produtiva e as questões de gênero enfocando o papel do trabalho das mulheres no espaço produtivo, o qual se configurava pela produção de farinha de mandioca, principal produto do assentamento.

Como antes comentado, o interesse pelo tema surgiu a partir do meu ingresso no Grupo GEPGÊNERO, onde tive a oportunidade de participar do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC, por dois anos seguidos, com os respectivos projetos: Assentamento Rural Joana D’Arc III: um olhar na perspectiva de gênero (2010/2011) e Gênero e Campesinato: um estudo das relações de gênero no assentamento rural Joana D’Arc III (2011/2012).

No ano de 2012 também foi realizada a pesquisa de monografia para conclusão da Graduação em Geografia, intitulada: Geografia e Gênero: divisão sexual do trabalho na agricultura familiar no assentamento rural Joana D’Arc III, que identificou a mecanização da produção de farinha e os espaços ocupados por homens e mulheres nesse processo – homens na parte mecanizada e mulheres na parte manual.

Dentre todos os trabalhos realizados, somam-se cinco anos de pesquisas no Assentamento Joana D’Arc III, não sendo fácil descrever como é gratificante trabalhar com esse público constituído de pessoas simples e com um coração imenso.

A experiência de vivenciar esta realidade contribuiu não só para a pesquisa, mas também para a vida do(a) pesquisador(a). Quando se estuda o histórico de lutas desses assentados, as migrações pelas quais passaram, os desafios de habitar um lugar sem as principais infraestruturas, é que se percebe a grandiosidade desses lutadores.

Quando se tem a oportunidade de ouvir os relatos de vida, bem como a oportunidade de ver um sorriso vindo de um rosto que já derramou tantas lágrimas – pois é inexplicável ouvir alguém falar de tantos momentos difíceis e ainda sorrir em quanto faz o relato – isso se torna o maior exemplo de superação, que não levo apenas para a vida acadêmica.

Sinto-me privilegiada em percorrer os caminhos da Geografia e Gênero em Assentamento Rural e de compartilhar experiências de vida de pessoas boas e humildes que passam por tantos problemas, mas que, acima de tudo, são capazes de superá-los unidos e com um sorriso no rosto.

## INTRODUÇÃO

A agricultura familiar se apresenta de maneira significativa para a economia do país. Dados do CENSO agropecuário do ano de 2006 sustentam essa afirmação, uma vez que se identifica que a agricultura familiar é responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do país, apresentando-se como importante fornecedora de alimentos para o mercado interno.

Apesar de todo esse destaque, a trajetória do camponês se remete a diversos entraves, podendo-se citar, como exemplo, o avanço do processo de globalização que atinge, de forma contundente, o campo.

A perspectiva deste trabalho não é evidenciar apenas os impactos negativos desse processo (mas estes não deixarão de ser abordados), como o êxodo rural, a concentração fundiária, a concentração de renda, a exploração da mão-de-obra, os problemas ambientais, dentre outros, mas sim evidenciar a capacidade do camponês de mudança. Segundo Carvalho (2000, p. 55):

no âmbito do universo camponês, enquanto alguns vêm falindo, vendendo a terra, migrando e virando “outra coisa” na periferia de núcleos urbanos da Amazônia, outros permanecem, lutando no seio da família, com os parentes e amigos, e/ou nas organizações de classe, para suprir as deficiências, as mais diversas em processo de mudança.

Fundamentando-se nestas particularidades é que se buscou uma similaridade com o local da pesquisa.

A pesquisa foi desenvolvida no Assentamento Rural Joana D’Arc III, que apresenta a organização de classe citada por Carvalho (2000) e que está evidenciada no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento – PDSA, apontando os assentados como ex-participantes do MST. Além disso, pesquisas<sup>1</sup> desenvolvidas na localidade indicam, ainda, a associação dos produtores rurais como figura principal da organização produtiva. É com esse histórico de lutas e organização que esta localidade torna-se favorável para o desenvolvimento do estudo.

---

<sup>1</sup>SILVA, Viviane Nery da; OLIVEIRA, Cláudia Nascimento de; NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. **Gênero e Campesinato**: um estudo das relações de gênero no assentamento rural Joana D’Arc III. Relatório final PIBIC 2011/2012.

O assentamento é palco de pesquisas desde o ano de 2010 e, nesse período, já foram produzidos diversos artigos, monografias e dissertações. Fundamentando-se nessas produções anteriores é que foi possível realizar um levantamento de dados quanto à organização socioeconômica e produtiva, além de muitas outras informações. De acordo com os dados levantados e as observações empreendidas no local da pesquisa, foi possível identificar transformações nas técnicas produtivas destes assentados, justificando essas mudanças ao processo de modernização da agricultura.

A mecanização da produção de farinha se apresenta como objeto de análise inicial deste estudo, destacando que esta produção é a base econômica deste assentamento, o que justifica sua importância. É importante ressaltar que a pesquisa não teve por objetivo ser apenas um estudo isolado de processos técnicos da produção de farinha, mas sim que este foi escolhido como o ponto de partida para o estudo da organização e das relações existentes nesse espaço produtivo. É neste cenário que se iniciou a busca pelos fatores que contribuem para a permanência do campesinato em Joana D'Arc III.

As pesquisas anteriores permitiram, ainda, identificar que os assentados de Joana D'Arc III têm sua origem baseada em processos migratórios, sendo provenientes de diferentes cidades do Estado e de outros estados do país e que possuíam algum tipo de vínculo com a terra, seja como pequenos produtores ou meeiros, caseiros etc., mas que o perderam devido a processos de expropriação relacionados à modernização da agricultura.

Partindo do pressuposto de que estes assentados são ex-expropriados, a pesquisa fundamentou-se na ideia de que o assentamento é um espaço de reorganização. É dentro deste contexto que emerge o objetivo de identificar as novas configurações produtivas que permitem a permanência do modo de produção camponês.

A partir dos impactos da modernização da agricultura ligados à introdução do capitalismo no campo é que se buscou identificar: qual o desempenho dos produtores rurais de Joana D'Arc III na criação e implementação de estratégias que permitam a permanência do campesinato? Apesar dos problemas de infraestrutura,

de fertilidade no solo<sup>2</sup> e o isolamento, como estes assentados continuam produzindo? Quais as estratégias que eles utilizam para permanecer nos lotes? Sua renda é complementada com trabalho considerado não agrícola? Há equidade de gênero na divisão do trabalho no processo produtivo?

A pesquisa não teve como objetivo abordar apenas técnicas de produção, mas também as relações existentes nessas atividades produtivas como antes comentado. É nesse contexto que foi levantada a discussão de gênero, levando-se em consideração que o estudo das relações entre sociedade e espaço pode ser analisado por meio de muitas categorias. Uma categoria importante é a de gênero, visto que intersecciona relações econômicas, religiosas, étnicas e raciais construídas no tempo e no espaço<sup>3</sup>. De acordo com os fatos mencionados, um dos objetivos desta pesquisa foi identificar o papel da mulher dentro deste processo produtivo ou, ainda, sua participação nas novas configurações produtivas.

É importante ressaltar que no ano de 2014 dois principais fatores contribuíram para algumas mudanças nesta pesquisa de mestrado: o primeiro fator se refere aos impactos diretos e indiretos causados pelos empreendimentos hidrelétricos que se localizam próximo ao assentamento e, o segundo, foi a cheia histórica do rio Madeira que atingiu a população do assentamento.

Os impactos causados pelos empreendimentos hidrelétricos trouxeram problemas para os assentados que foram intensificados com a cheia do rio Madeira. Parte do assentamento ficou isolado e, como consequência, houve um deslocamento de 286 famílias para a parte urbana da cidade de Porto Velho, as quais ficaram acampadas na sede do INCRA.

Em relação às famílias das agrovilas é possível destacar que uma parte significativa não retornou para o assentamento. De acordo com a comparação das tabelas 03 e 04 (páginas 62 e 63, respectivamente), no ano de 2013, 79 famílias residiam no local, sendo que no ano de 2015, pós-cheia do Madeira, o total de famílias era de 41.

As estratégias propostas a serem pesquisadas estavam pautadas nos trabalhos agrícolas e não agrícolas, mas diante de tal realidade tornou-se necessário mudar o foco da pesquisa; na verdade ampliar o foco, tendo em vista que parte

---

<sup>2</sup>PDSA (2007) classifica o solo do assentamento como um solo que possui pH em água fortemente ácidos, baixos níveis de cálcio, magnésio, potássio e fósforo, e altos teores de alumínio e hidrogênio.

<sup>3</sup>SILVA (2011, p. 16).

dessa população nem se quer pode produzir. As 286 famílias estavam sobrevivendo através de cestas básicas doadas pelos empreendimentos hidrelétricos que os cercam e, “possivelmente”, causam tal impacto.

Outro ponto muito importante abordado pela pesquisa foi a divisão que aconteceu e continua acontecendo entre esses assentados: existe um grupo de famílias que deseja deixar o assentamento e um grupo que deseja permanecer no local. Pautada nessas mudanças e ainda diante de um espaço que se tornou tão complexo é que a pesquisa se direcionou para esses dois diferentes grupos.

Na pesquisa tivemos o aporte teórico dos seguintes autores: Joseli Silva, Maria das Graças Silva Nascimento Silva e Andrea Butto para as definições de gênero e o papel das mulheres no campo; Rosa Ester Rossini com as questões da agricultura moderna e a divisão sexual do trabalho; Ariovaldo Umbelino para caracterizar as questões agrárias no Brasil; e, Eliane Paulino para a definição do conceito de camponês. Somam-se a esses outros autores que serão citados ao longo desse trabalho.

O primeiro capítulo faz uma abordagem teórica quanto ao tema da questão agrária no país, o fluxo migratório em Rondônia a partir de 1970 e a criação dos assentamentos a partir da década de 1980. Neste capítulo foi discutido, ainda, as categorias analisadas: empoderamento, sociedade patriarcal e gênero.

O segundo capítulo apresenta o local da pesquisa, a organização espacial através do mapa de localização e um breve relato sobre as características dos assentados. É caracterizada, também, a escolha do método dialético e sua aplicação na pesquisa, a importância do trabalho de campo e os procedimentos utilizados para a coleta de dados.

Os terceiro e quarto capítulos trazem os resultados e as discussões da pesquisa, iniciando com a análise dos gráficos obtidos: faixa etária, sexo/titulação e escolaridade. Analisa-se também a organização do espaço produtivo, o papel da associação e os fatores externos. Nesses capítulos são identificados os principais motivos e estratégias que permitem a permanência do campesinato. Para finalizar são discutidas as etapas de produção da farinha, identificando as atividades atribuídas para homens e mulheres e a discussão de gênero na divisão sexual do trabalho.

O capítulo V é composto por fotografias e tem como proposta apresentar o assentamento para o leitor, mas uma apresentação pautada no movimento evidenciando a trajetória do camponês desde a saída da parte urbana da cidade de Porto Velho até sua chegada ao assentamento.



## CAPÍTULO I

### COMPREENSÃO TEÓRICA

Fotografia 01 – Mulheres descascadeiras de mandioca. Porto Velho, 2011.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2011.

## 1.1 Conhecimento Geográfico

Entende-se que o conhecimento geográfico preexiste à ciência Geográfica. Sendo assim, o conhecimento sobre o campo e a agricultura é sistematizado no início do século XIX, mas o conhecimento geográfico sobre o campo e a agricultura é tão antigo quanto à história do homem. Conforme afirma Suzuki (2007, p. 18),

o conhecimento geográfico sobre o campo e a agricultura é, portanto, muito anterior à geografia e à geografia agrária. Assim, estamos compreendendo a geografia agrária como um momento particular de estruturação do conhecimento sobre o campo e a agricultura, fundado na sistematização do conhecimento a partir dos princípios científicos.

Deste modo, pode-se destacar o conhecimento citado por Suzuki (2007, p. 17) que é o conhecimento sobre o campo “quase tão antigo quanto a própria história do homem” e o conhecimento de Paul Claval (2011), abordado nos primeiros capítulos do livro “Epistemologia da geografia”, em que o autor destaca o conhecimento vernacular (saberes-fazeres), ou seja, esse conhecimento é transmitido através da oralidade e da repetição, e são adquiridos através da vivência.

São conhecimentos que antecedem a quaisquer princípios científicos e que acompanham a humanidade. Portanto, o conhecimento geográfico no sentido de conhecer o mundo preexiste à sistematização do conhecimento que teve início no século XIX. Nessa sistematização, os conhecimentos sobre o campo e a agricultura foram inseridos dentro da geografia e só vieram a ser estruturados como geografia agrária após a Primeira Guerra Mundial.

Anterior à sistematização, teremos um conhecimento não padronizado, como: relatos de viagens e relatórios estatísticos de órgãos de administração<sup>4</sup>. Essa padronização só vai se iniciar no começo do século XIX quando alguns pressupostos forem estabelecidos.

---

<sup>4</sup>MORAES, Antônio Carlos Robert. Geografia Pequena história crítica. São Paulo: Annablume, 2007.

## 1.2 Geografia Crítica

A partir da década de 1950, a geografia passa a viver uma crise de transição, a qual se baseia no rompimento de grande parte dos geógrafos em relação à perspectiva tradicional. Esse rompimento ensejou a busca de novos caminhos, novas discussões, novos percursos metodológicos, ou seja, maior liberdade para reflexão e criação. Com o movimento de renovação, a Geografia passa a trabalhar a partir de críticas e propostas; abrem-se, então, novas discussões e buscam-se caminhos até então não trilhados.

Surge, assim, um tempo de críticas e de propostas no âmbito dessa ciência. Dentre as principais propostas geradas a partir desse momento destacam-se os movimentos denominados de Geografia Pragmática e o de Geografia Crítica.

A geografia crítica merece, neste trabalho, uma maior atenção por se tratar da vertente que mais se aproxima desta pesquisa. Ela rompe não só com a geografia tradicional, mas impõe sua postura crítica radical também à geografia pragmática. Sua proposta está relacionada à realidade e a uma sociedade mais justa:

são os autores que se posicionam por uma transformação da realidade social, pensando o seu saber como uma arma desse processo. São, assim, os que assumem o conteúdo político de conhecimento científico, propondo uma geografia militante, que lute por uma sociedade mais justa. São os que pensam a análise geográfica como um instrumento de libertação do homem (MORAES, 2007, p. 119).

Assim, podem-se citar alguns autores como Yves La Coste com seu livro ***A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra***; David Harvey com a obra ***A justiça social e a cidade***; Josué de Castro com ***Geografia da fome***; Pierre George aqui destacado pelo mérito de ter inserido conceitos marxistas na discussão e, por fim, Milton Santos com o livro ***Por uma geografia nova***.

Na perspectiva de que os geógrafos dessa corrente buscam uma geografia mais generosa e um espaço mais justo é que esta pesquisa se identifica, visto que o assentamento pesquisado passa por um processo delicado de desapropriação ou, ainda, de total desestruturação frente a dois grandes empreendimentos da região que é a construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau.

### 1.3 Questões Agrárias no Brasil

A pesquisa se insere dentro do campo de agrárias, sendo desenvolvida no Assentamento Rural Joana D'Arc III, e tem como principal objetivo identificar as novas configurações produtivas que permitem a permanência do modo de produção camponês.

A formação de latifúndios não é um problema novo e tem sua gênese logo após o “descobrimento” do Brasil, por volta de 1530, com o início do povoamento. Esse processo ainda se reproduz e coloca em confronto latifundiários e camponeses.

A doação de terras em sesmarias, embora estas não dessem o domínio, mas tão-somente a posse ao seu titular, provocou o processo de sua ocupação e apropriação, sob a égide da grande propriedade, e definiu um processo de dominação do latifúndio que ainda hoje ocorre no país (ANDRADE, 1995, p. 54).

O domínio de extensões de terras data do início do século XVI, justamente com o processo de favorecimento dos donatários das capitâneas para com seus companheiros, sendo que eles poderiam reservar parte da capitania para si e dividir as outras porções para pessoas de religião cristã e com capacidade financeira. Como o próprio texto nos traz, esse processo ainda hoje ocorre no país usando apenas uma roupagem diferente, mas a finalidade é a mesma: o acúmulo de terras.

É dentro desta linha de raciocínio que exemplificamos os assentados de Joana D'Arc III, uma vez que, a maior parte, procede de outros estados, abandonando seu local de origem, principalmente, devido ao avanço dos latifúndios. Eles vieram para Rondônia no processo de migração da década de 1970 atraídos pela campanha do Governo Federal, muitos ainda pequenos acompanhando seus pais. Paraná, assim como outros estados do Sul e Sudeste, é o mais citado, incluindo ainda alguns estados do Nordeste.

Notamos que parte dos assentados de Joana D'Arc III participou do Movimento dos Camponeses de Corumbiara (MCC) antes de ser instalado no assentamento, sendo que estes não chegaram a participar do Massacre de Corumbiara, mas apenas do movimento que reuniu 150 famílias acampadas na sede do INCRA em Porto Velho, sendo todos transferidos para Jaci-Paraná, distrito de Porto Velho.

O intuito dos atuais assentados, ao entrar no movimento, era a busca pela terra, sendo que este era o principal – mas não o único – objetivo do movimento. Estes assentados eram ex-meeiros ou, ainda, pessoas que possuíam uma experiência agrícola por terem possuído anteriormente lotes, mas que, por diversos motivos, perderam este vínculo com a terra.

Ao analisar os questionários aplicados foi possível evidenciar o quantitativo de moradores mais antigos e mais novos nas agrovilas: os moradores que residem no local de 10 a 14 anos representam 68%; os moradores que residem no local de 05 a 09 anos representam 26%; e os moradores que residem no local igual ou menor que 04 anos representam 6%.

Predominam nas agrovilas os moradores mais antigos, sendo que a maioria deles passa pelo processo de acampamento ou teve em sua trajetória vivência com o Movimento Camponês de Corumbiara. Representam camponeses que tiveram em sua trajetória um histórico de luta, seja para obter a terra ou para continuar nela, assim o valor da terra passa a ser acrescido do *valor de uso* e não apenas representa o *valor de troca*.

Esse valor que, na maioria das vezes, nem pode ser mensurado fica evidente quando, no item 22 do questionário aplicado no ano de 2013, um dos moradores mais antigo responde a seguinte pergunta: qual o valor atual de sua terra?

*“Não tenho base, deve valer muito dinheiro, pelo tanto que a gente sofreu.”*  
(F. V., 10 anos no assentamento)

Dessa maneira, o valor adquirido por esse processo de luta diminui a possibilidade de venda ou de abandono desse lote.

Os conflitos agrários marcam a trajetória histórica dos camponeses no Brasil, que tinham como principal característica serem auto suficientes produzindo suas vestes e artefatos, cultivando produtos básicos para sua alimentação e vendendo apenas o excedente, passaram, então, por um processo de desestruturação após a inserção do capitalismo no campo. Dentre as principais mudanças ocorridas pontua-se a expropriação de terras:

há uma tendência no país, bastante acentuada após 1964, a uma concentração tanto da produção agrícola como da propriedade da terra. Da produção, porque os proprietários passaram a administrar toda a propriedade, utilizando mão de obra assalariada, fazendo desaparecer a agricultura de parceiros e arrendatários que foram desalojados dos seus sítios; concentração da propriedade da terra, porque os grandes grupos

econômicos vêm conseguindo obter grandes porções de terras nas áreas em ocupação, nas chamadas frentes de expansão localizadas no Centro-Oeste, na Amazônia e no Maranhão, ou adquirir, por preços baixos, terras nas próprias áreas tradicionalmente ocupadas (ANDRADE, 1995, p. 75).

Analisando o texto de Andrade, podemos perceber tanto o processo de expropriação de terras quanto o de migração para outras regiões. Nesse processo de migração se insere o Estado de Rondônia que recebeu, na década de 1970, através do PIN – Programa de Integração Nacional do Governo Federal, um grande contingente de expropriados em busca de terras.

Segundo Henriques (1984), ao analisar a Política de Colonização Dirigida em Rondônia, verificou que os migrantes vindos para o Estado eram 20% oriundos do Mato Grosso e 50% vindos do Paraná, diferente da região Amazônica em que a maioria era de nordestinos. De acordo com dados da época, a segunda metade de 1978 registrou uma entrada, através de Vilhena, de 5.587 migrantes e, de janeiro a outubro de 1979, o número aumentou para 36.164.

E de onde vinha todo esse contingente populacional? A propaganda do Governo Federal, ainda segundo a autora, “procedida pela famosa etiqueta ‘deixemos unir os homens sem terras com as terras sem homens’, foi bem mais intensa nas áreas com alta densidade de população rural e conflitos de terras, atraindo uma imigração de maior vulto que a inicialmente esperada” (HENRIQUES, 1984, p. 403).

Entre os fatores que impulsionaram a ocupação da Amazônia e, especificamente, do território rondoniense, foram o fechamento da fronteira do Paraná, o processo de modernização no campo e a tensão agrária no Nordeste.

A modernização do campo nas décadas de 1960 e 1970 contribuiu para a ocupação do que hoje corresponde ao Estado de Rondônia, sendo que parte da população de Joana D’Arc III procede desse processo migratório, ainda que tenham passado por outros estados ou por diferentes cidades de Rondônia.

Mas o importante a ressaltar é que a modernização ainda impacta essa população, ou seja, hoje a modernização, que está representada pelos empreendimentos hidrelétricos, contribui para um novo processo migratório.

Rondônia não era uma terra sem homens como dizia a campanha do Governo Federal, uma vez que existiam habitantes e os principais eram os indígenas que tiveram suas terras invadidas, fato que gerou diversos conflitos. Nesse período já ocorria a chamada “grilagem”, isto é, empresas privadas demarcavam terras e as vendiam ilegalmente.

Para melhor exemplificar o cenário dos conflitos em Rondônia, direcionamo-nos novamente ao texto de Maria Helena Fernandes da Trindade Henriques:

a maior concentração dos novos migrantes se deu ao longo da rodovia BR 364. À medida que as terras próximas à estrada eram ocupadas o movimento se interiorizou, causando conflito imediato com os indígenas que estavam ora no seu habitat natural ora nas reservas. As empresas privadas, autodenominando-se de companhias de colonização, começaram a demarcar as terras vendendo-as ilegalmente, iludindo os imigrantes mais ingênuos. Vários conflitos sobre a terra iniciaram-se na área e já nos anos 70 a situação tinha-se tornado caótica. Nessa hora, o INCRA começa a desempenhar um papel decisivo na área, coordenando a distribuição de terras e estabelecendo um esquema de colonização dirigida (HENRIQUES, 1984, p. 403).

Aqui identificamos, além do camponês expropriado, os “outros” citados como empresas privadas que se auto intitulam companhias de colonização. Ainda, podemos classificar ou identificar agricultores com maior experiência agrícola e com melhores recursos financeiros que recebiam lotes bem maiores.

Como é possível observar, Rondônia passava por conflitos – assim como no restante do país – e a partir da década de 1980 inicia-se a implementação dos projetos de assentamento rural. A criação destes nos mostra a tentativa de mudança na realidade agrária brasileira.

Os projetos de assentamento rural no Brasil, que começaram a ser implementados na década de 80, principalmente em áreas de conflito, surgiram como resultado das lutas pela Reforma Agrária. Estes se desenvolveram através da pressão sobre o Estado por parte de entidades que apoiaram o movimento de resistência à expulsão ou de ocupação de terras. Estes projetos apresentaram-se, assim, como uma nova condição de acesso a terra, incorporando-se à estrutura fundiária com uma forma específica de organização da produção familiar na agricultura (MELO; CAPPELLIN; CASTRO, 1996, p. 87).

A criação do Assentamento Rural Joana D’Arc III data do início da década de 1980, não tendo êxito devido à falta de infraestrutura, principalmente o acesso ao lote. Somente no ano de 2001 foram assentadas as famílias do Movimento Camponês de Corumbiara no local, formando as seis agrovilas existentes. Nascimento Silva relata os principais motivos que levaram estes assentados a deixarem o local:

o assentamento é considerado novo, e muitas das famílias pioneiras já não vivem mais no Joana D’Arc III. Problemas como a precariedade das estradas, dificultando o tráfego em longos períodos de chuva, a falta de escolas, a baixa fertilidade do solo, o difícil acesso a água, a distância da área urbana de Porto Velho e as dificuldades associadas a venda da produção constituem as razões para a desistência de várias famílias que

iniciaram a ocupação do assentamento (NASCIMENTO SILVA, 2011, p. 139).

A autora aborda o tema ao tratar da renovação do conteúdo social da área que foi alterado por outras famílias provenientes de movimentos sociais de luta pela terra.

#### 1.4 A Marcha do Campesinato

Para entender o conceito de *camponês* ou as discussões que envolvem o uso dos termos *agricultor familiar* e *pequeno produtor*, torna-se necessário recorrer a algumas considerações do método utilizado na pesquisa, que é o método dialético.

A primeira é de que um objeto pode ter significados diferentes e ele não pode ser julgado unicamente, muito menos isoladamente. Assim, a figura do(a) agricultor(a), do homem e da mulher do campo vai ter várias denominações, inclusive estas que acabaram de ser citadas e serão dadas por diferentes públicos. A citação a seguir pontua a definição de Lefébvre sobre o uso da dialética:

(...) é utilizando-se da dialética que “os pesquisadores confrontam as opiniões, os pontos de vista, os diferentes aspectos do problema, as oposições e contradições; e tentam... elevar-se a um ponto de vista mais amplo, mais compreensivo” (SPOSITO, 2004, p. 41).

Confrontando as opiniões e as contradições é que nos deparamos com “três pontos de vista” quando se referem ao conceito do homem do campo: *camponês*, *agricultor familiar* e *pequeno produtor*. Desta forma, como o próprio título identifica, a pesquisa vai buscar aporte teórico para o conceito de *camponês*.

A segunda consideração é de que a dialética tem como proposta o estudo do movimento da realidade, não estando presa a categorias fixas, pois, se assim fosse, a compreensão da realidade seria uma compreensão imparcial.

Partindo desse ponto de vista, a proposta é não estudar apenas o resultado, mas sim o processo, de maneira que, quando se afirma que o campesinato está fadado ao desaparecimento ou, ainda, quando se questiona a existência do *camponês*, coloca-se de lado todo o processo e passa-se a analisar apenas a realidade fixa.



Mas se entendermos o presente como resultado do passado e, também, esse mesmo presente como uma forma a ser superada no movimento do futuro, poderemos entender o processo pelo qual o campesinato passou e está passando. A citação a seguir é uma interpretação da proposta de Hegel:

para compreender a realidade do mundo era preciso um método adequando para compreender o movimento da história, porque não existe razão intemporal. Portanto, se a razão é dinâmica, ela é um processo e a “verdade é esse próprio processo” (SPOSITO, 2004, p. 41).

Pois se é necessário acompanhar o movimento do real, o pensamento também tem que se mover; afinal, o processo em si pode ser interpretado como movimento.

Afirmar a existência do camponês, no Brasil, não é uma tarefa fácil tendo em vista que, no plano teórico, não há consenso sobre o assunto. Outro assunto que também diverge é sobre a origem desse camponês, principalmente em relação à incógnita: ele é resquício do feudalismo igual na Europa?

De modo geral, as interpretações acerca do destino da classe camponesa – feitas por teóricos clássicos que se dedicaram aos estudos da agricultura no capitalismo, como é o caso de Kautsky e Lênin – é de que estes seriam extintos. As obras desses autores possuem uma riqueza de informações que são de grande importância para os estudos do campesinato<sup>5</sup>. Chayanov, ao estudar a unidade camponesa familiar, afirma o contrário, ou seja, para ele o camponês continuará existindo através da formação de cooperativas. Outros autores que também podem ser citados nessa perspectiva são José de S. Martins e Rosa Luxemburgo<sup>6</sup>.

Quanto à incógnita feita logo acima sobre a existência do feudalismo, a resposta é não, esse sistema não existiu no Brasil. Sendo assim, afirma Gorender (2013, p. 27), quando discute sobre a origem do capitalismo no país:

coloquemo-nos a questão: após a extinção do modo de produção escravista colonial, teria sido possível no Brasil uma evolução em direção ao feudalismo, ou, se quiserem, ao semifeudalismo? A resposta, sucintamente, é negativa; o escravismo no Brasil não era patriarcal, baseado com predominância na economia natural como o Greco-romano, porém um escravismo colonial definitivamente dominado pelo setor mercantil.

Para compreender a origem do campesinato também temos que entender a origem do capitalismo no Brasil, pois “a existência do campesinato não deve ser

---

<sup>5</sup>PAULINO (2012).

<sup>6</sup>MARQUES (2008).

vista como algo descolado do capitalismo, mas como parte integrante desse modo de produção” (PAULINO, 2012, p. 45). Dessa forma, é importante novamente ressaltar o autor Gorender que identifica a gênese do capitalismo no início da Colonização Portuguesa, ou seja, o capitalismo foi trazido para o Brasil pela própria colonização portuguesa no século XVI.

É importante também ressaltar a autora Eliane Paulino que, ao discorrer sobre a origem e o papel do camponês, afirma que “alguns Estados modernos, como é o caso do Brasil, já nasceram sob a égide do capitalismo”. Desta forma, continua a autora:

ao situar a origem do campesinato brasileiro na Idade Moderna, momento em que a lógica capitalista já está incrustada em todas as relações, admite-se que tal lógica é que impulsiona a territorialização dos europeus (2012, p. 46).

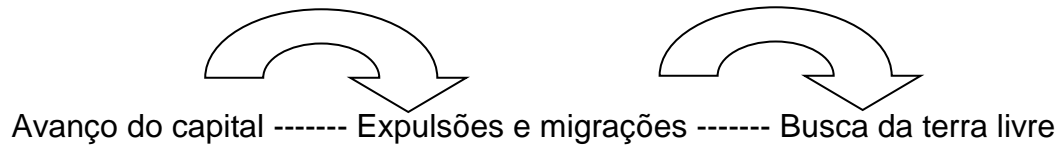
É necessário enfatizar que o capitalismo surge, assim como o campesinato, no início da colonização, talvez não no mesmo momento, mas como um processo de consequências que será desencadeado com o avanço capitalista que provoca a desterritorialização dos povos nativos. Fundamentando-se no livro **Por uma geografia do camponês** (PAULINO, 2012.) é que se discorre sobre a formação do campesinato no país.

O avanço capitalista, embalado pela lógica mercantil, provocou um processo de desterritorialização não só do povo nativo (como os indígenas banidos de seus territórios), mas também dos povos africanos que sofreram com a escravização em outro continente. Soma-se a esses os europeus que, por algum motivo, não participaram do processo de acumulação de terras. Esses povos irão se juntar por uma luta em comum: a luta por terras livres.

Desses grupos aprisionados, coagidos, aculturados e dissidentes deriva parcela fundamental do campesinato brasileiro. Unidos entre si e com os europeus banidos do pacto de acumulação instaurado no Brasil, irão legar gerações de migrantes na incansável marcha pela terra de trabalho (PAULINO, 2012, p. 46).

Diante dessas colocações podemos entender a importância de estudar o campesinato como parte integrante do capitalismo e o esquema abaixo vem evidenciar os processos que contribuiram para o surgimento do camponês no país. O avanço do capital provocou a expulsão dos povos indígenas e, também, a

migração de pequenos agricultores, sendo que essa ação fez surgir um grupo com um objetivo em comum: a busca por terras livres.



Apesar de haver uma classe social que tem por identidade a luta por terras livres anterior ao século XX, o campesinato se constituiu numa classe precária devido à concessão dos títulos de sesmarias que eram concedidos apenas à população “branca, de fidalgos e demais diletos da coroa”. Esse cenário só vai mudar com a transformação da terra em mercadoria, o que permitirá que o camponês se torne proprietário. Esse período ocorre no Brasil após o século XX e é diante desse processo que se consolida a existência camponesa.

Quanto à denominação **pequeno produtor** não será feita uma busca pela origem da palavra ou uma incansável busca por teorias a esse respeito, pois o termo começou a ser utilizado na década de 1970 como alternativa ao uso do conceito de camponês, assim pontuado na citação a seguir:

porém, na década de 1970, o conceito de pequena produção passa a ser usado pelas ciências sociais como alternativa ao de camponês por apresentar caráter operacional e por, supostamente, melhor representar a realidade de um campo submetido pelo Estado à desarticulação de seus movimentos sociais e a um conjunto de políticas de cunho modernizante. O domínio de tal perspectiva contribui para o arrefecimento do debate político travado em torno do tema da questão agrária (PORTO; SIQUEIRA, 1994 apud MARQUES, 2008, p. 60).

Apesar das similaridades do termo ‘pequeno produtor’ com o de ‘camponês’ (a centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra), o mesmo não pode substituí-lo, uma vez que

o conceito de pequeno produtor não permite a explicitação das especificidades desta categoria social na incorporação das técnicas, no acesso ao crédito, na inserção ao mercado como o conceito de camponês o permite e alguns autores passam a utilizar os dois conceitos de forma articulada (MARQUES, 2008, p. 60).

Assim, de maneira articulada, o pequeno produtor/camponês é inserido nas discussões sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo e sobre a modernização da agricultura.

Quanto ao **agricultor familiar**, definir um conceito sobre esse ator social do cenário agrário brasileiro também não é tarefa fácil, tendo em vista que a definição do termo agricultor familiar gera muitas discussões no campo teórico. As discussões giram em torno de uma questão principal: “trata-se da reprodução pura e simples de um campesinato “tradicional” ou da emergência de um novo personagem na atividade agrícola e no meio rural” (WANDERLEY, 2003, p. 44).

Para compreendermos tal situação é importante conceituar o camponês e o agricultor familiar. O processo histórico do campesinato no Brasil já foi definido logo acima, sendo o próximo passo encontrar a melhor definição para cada categoria.

O camponês tem como principais características a autossuficiência, a produção voltada para a subsistência familiar (com venda dos excedentes) e a base de produção gerida pela família. Já o agricultor familiar pode ser definido, segundo Wanderley (2003, p. 44), como um “ator social da agricultura moderna e, de uma certa forma, ele resulta da própria atuação do Estado”.

Diante do exposto, é possível identificar que a principal característica que os diferem é a inserção no mercado, uma vez que para o camponês se dá em forma de excedente e para o agricultor familiar não, ou seja, a produção é destinada quase que completamente. Os meios de produção também os diferenciam: o agricultor familiar se destaca por se integrar ao mercado nas condições modernas de produção, com o uso de máquinas e insumos, e já o camponês se utiliza de métodos mais tradicionais.

Diante das diferentes problemáticas que surgem referente ao uso do conceito de camponês, outra questão que se discute é quanto ao “não uso” ou o “não reconhecimento” da identidade camponesa. Nesse caso, quando o camponês não reconhece essa origem ou identidade, não invalida o conceito de camponês Assim, Paulino se refere a essa parcela de camponeses:

some-se a isso o fato de esses próprios sujeitos nem sempre se reconhecerem no conceito, identificando-se, via de regra, por lavradores, agricultores ou sitiantes. Neste caso, entende-se que o fato de o conceito não ser usual aos próprios camponeses não o invalida, até porque no Brasil ele foi incorporado recentemente, surgindo como expressão política do lugar comum desses sujeitos na estrutura de classe (PAULINO, 2012, p. 29).

Neste sentido, pode-se identificar como os principais motivos pelo não uso do conceito de camponês sua introdução recente no país, já que o mesmo foi trazido pelo partido comunista na década de 1960 e veio com a proposta de substituir uma série de termos, “muitos dos quais com sentido duplo e cunho pejorativo”. É necessário, então, enfatizar que “não se trata de uma questão meramente vocabular, mas eminentemente política”, como afirma Paulino (2012, p. 30).

Na realidade de Joana D’Arc III (parte agrovila) não seria correto generalizar a questão da negação ou o não reconhecimento de sua origem como camponês, pois o assentamento é um local que pode ser definido como complexo em relação à formação de seus grupos, uma vez que abriga diferentes tempos e diferentes trajetórias.

Existem os moradores mais antigos com 12, 14 anos e os moradores mais recentes (dois anos e meio a quatro anos). Os moradores mais antigos foram assentados pelo Movimento Camponês de Corumbiara, mas há moradores que adquiriram os lotes através da “compra de benefícios”<sup>7</sup> e, por isso, não chegaram a passar pelo processo de acampamento ou até mesmo pelo MCC.

Desta forma, identificamos que há um grupo de assentados que reconhece sua origem como sendo de um movimento camponês, pessoas que somaram em sua trajetória a bagagem de ter passado por manifestações, acampamento e, finalmente, assentamento, mas que não usam o termo camponês por não ser um termo habitual do seu dia-a-dia. Assim, no caso de Joana D’Arc III (agrovilas) não acontece o “não reconhecimento”, mas sim o “não uso” do termo camponês.

Em relação ao Assentamento Joana D’Arc III, baseando-se no que já foi relatado, é possível identificar que o divisor de águas entre o camponês e o agricultor familiar está pautado na “sobrevivência”. O modo de vida camponês, portanto, começa a tomar rumos para agricultura familiar a partir do momento em que, para sua sobrevivência, esse modo de vida passa a se tornar profissão.

O camponês de Joana D’Arc III detém a posse da terra e domina os meios de produção tradicionais, mas a partir daí começam as diferenciações: a produção para subsistência deixa de existir logo nos primeiros anos do assentamento; a terra não possui fertilidade suficiente para o cultivo dos produtos base da alimentação, como

---

<sup>7</sup>Os lotes de assentamento não podem ser vendidos, então os donos cobram pelo valor das benfeitorias realizadas, como casa, pasto, plantio e outros.

arroz, feijão e milho; e a falta de água ou de técnicas de irrigação não permite o cultivo das hortaliças.

A melhor alternativa – e talvez única – de burlar tal situação, seria recorrer aos órgãos de assistência técnica, como ATES, COOTRARON, parcerias com prefeitura, SEMAGRIC ou, ainda, aos financiamentos. Esse momento marca o início de uma nova postura desse camponês que, por uma questão de sobrevivência, inicia uma busca por crédito, técnicas e mercado.

Diante desse cenário, os assentados de Joana D’Arc III são condicionados a se inserir no mercado. Sendo assim, essa inserção não vai se caracterizar apenas pela comercialização do excedente da produção ou pela busca de aumento de renda, mas sim por uma questão de sobrevivência para quem deseja permanecer no local.

A base da produção é banana e mandioca e as assistências técnicas vão girar em torno desses cultivos, indo desde insumos agrícolas até o transporte dessa produção para a parte urbana da cidade de Porto Velho, por exemplo: distribuição de calcário, assistência técnica para o controle da *Sigatoka Negra* (doença que afeta as plantações de banana) e a disponibilização, por parte da prefeitura, de um caminhão para o transporte desses produtos.

De acordo com essa realidade, os camponeses passam a “negar” sua identidade, pois eles precisam se identificar como agricultor familiar para ter acesso ao crédito e para continuar na terra, mas ele se apropria dessa estratégia para continuar a se reafirmar como camponês.

Dentro de uma lógica contraditória, por uma questão de sobrevivência, o camponês se apropria de créditos para ter acesso a técnicas e, assim, se inserir no mercado, para permanecer na terra, mas dentro dessa terra que é a pequena propriedade ele se reproduz como camponês.

O acesso ao crédito não apaga a trajetória de vida desse camponês, que passou pelo processo de expropriação algumas vezes, por lutas em movimentos sociais, acampamentos, ou dentro do próprio assentamento para ter acesso à infraestrutura. O discurso que expressa o desejo de não perder a terra e, ainda, a tríade terra, trabalho e família forma um “conjunto de símbolos e valores” (MARQUES, 2008, p. 65) característico do modo de vida camponês.

## 1.5 Relações Sociais de Gênero

A pesquisa busca identificar, dentro desta nova organização espacial, o papel da mulher tanto nas questões sociais, quanto na produtiva. Pois é sabido que, desde a antiguidade, a mulher ocupa papel secundário em relação ao homem, mas esse modelo cultural e social de submissão da mulher vem sofrendo alterações.

Essas mudanças estão associadas aos movimentos feministas no meio rural, que trouxeram mudanças significativas para as questões de gênero neste espaço. Gênero pode ser definido, segundo Silva (2003, p. 36), como “o conjunto de ideias que uma cultura constrói do que é ser mulher e ser homem”. Essa definição de mulher e homem, construída pela sociedade, é moldada desde antes do nascimento.

Os estereótipos de gênero surgem através da escolha das roupinhas do bebê de acordo com a cor (rosa ou azul); após o nascimento com a escolha dos brinquedos (boneca ou carrinho); ou, ainda, na escolha dos empregos: enfermeira (cuidados), professora (ensino), etc. e o homem o provedor da família, advogado, médico; existem aquelas que não são profissões, mas que podem ser citadas como espaços proibidos para as mulheres, como os postos ocupados pelo padre e o papa.

É até importante trazer para o discurso a Igreja Católica já que, por tanto tempo, foi ela quem governou o mundo e, assim, parte da cultura patriarcal e também a questão da submissão da mulher podem ser explicadas. Porém, sem delongas, voltamos para as mudanças obtidas através dos movimentos feministas e de mulheres do campo e da floresta.

Desta maneira, as diferenças impostas pela sociedade para definição do que é ser homem e do que é ser mulher passaram a sofrer modificações a partir das experiências de mobilização das mulheres assentadas em torno da luta pela terra, o que constitui uma ruptura social de sua situação anterior.

Essas mudanças podem ser identificadas através do acesso à terra, na qual as famílias podem trabalhar e garantir sua manutenção, às políticas públicas e linhas de créditos governamentais, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar direcionado à mulher, ao reconhecimento da profissão de agricultora ou de trabalhadora rural, aos direitos previdenciários, ao auxílio e ao Salário Maternidade e ao direito à documentação pessoal e profissional.

As mudanças citadas acima foram conquistadas através de manifestações e lutas. Podemos citar como principal exemplo a Marcha das Margaridas que, apesar de trazer o nome de uma flor como título, na verdade carrega em seu significado uma trágica história de uma líder sindical que foi brutalmente assassinada.

Em 12 de agosto de 1983, Margarida Maria Alves, trabalhadora rural, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, município do Estado da Paraíba, foi assassinada por um pistoleiro a mando dos usineiros da região do brejo paraibano. O motivo do crime foram ações trabalhistas movidas pelo sindicato do qual Margarida era presidente.

Após sua morte, Margarida tornou-se um símbolo político da luta das mulheres trabalhadoras rurais, que deram seu nome ao evento – Marcha das Margaridas – e que reúne em Brasília milhares de mulheres trabalhadoras rurais no dia 12 de agosto. A Marcha das Margaridas ocorreu pela primeira vez em 2000 e não ocorre anualmente, tendo outras edições em 2003, 2007 e 2011. A marcha tem como característica a definição de uma pauta com reivindicações a serem entregues aos representantes dos poderes públicos federais.

Discutir gênero em assentamento rural não é uma tarefa fácil, tendo em vista que nesse espaço a reprodução da cultura patriarcal se apresenta de maneira mais arraigada. Ainda assim, atualmente, já se pode evidenciar muitas mudanças que são resultantes de um conjunto de fatores, podendo-se citar a introdução de políticas públicas voltadas para as mulheres, o acesso destas mulheres à informação e a participação destas mulheres nas atividades econômicas da família. Diante do exposto, faz-se necessário trazer o conceito de empoderamento desenvolvido por Brumer e Anjos:

o empoderamento pode ser percebido nas dimensões econômica, pessoal, social e política. Na dimensão econômica, consideram-se as perspectivas de aumento da renda, da quantidade e qualidade nutricional dos alimentos e da qualidade de vida da família, assim como o controle das mulheres sobre os resultados econômicos de seu trabalho. A dimensão pessoal compreende o aumento da auto-estima e da autoconfiança. Nas dimensões social e política, focaliza-se a capacidade das mulheres de mudar e questionar sua submissão em todas as instâncias em que ela se manifesta, assim como a ampliação de sua participação em instâncias de poder (BRUMER; ANJOS, 2008, p. 221).

Trazendo esta definição para a realidade de Joana D'Arc III, quanto ao empoderamento na dimensão econômica, citam-se dois pontos importantes: o primeiro se refere ao trabalho das mulheres descascadeiras e o segundo aos



trabalhos pluriativos (venda de alimentos e artesanato), os quais são ainda pouco valorizados e remunerados, mas que apresentam esse poder de transformação.

Como é possível perceber, a ação de ganhar poder acontece lentamente e depende da interação de diferentes elementos com o meio; dependendo desta interação elemento, espaço e tempo, é que se alcança o estado de maior ou menor empoderamento. Para compreender a relação entre elementos do espaço e suas implicações, apoia-se na ideia de particularidade do lugar, de Santos (2008, p. 21):

em um mesmo lugar, cada elemento está sempre variando de valor, porque, de uma forma ou de outra, cada elemento do espaço – homens, firmas, instituições, meio – entra em relação com os demais, e essas relações são em grande parte ditadas pelas considerações do lugar. Sua evolução conjunta num lugar ganha, destarte, características próprias, ainda que subordinada ao movimento do todo, isto é, do conjunto dos lugares.

A contribuição de Santos para esta discussão está pautada na ideia de particularidade do lugar através da relação entre os elementos do espaço.

O assentamento possui um histórico recente de inserção de políticas públicas voltadas para as mulheres, a exemplo do Pronaf Mulher (2011/2012). Outra política pública de inclusão social ou política afirmativa é o Programa Bolsa Família, o qual é pioneiro no local, mas devido a alguns entraves, como falta de documentação e acesso, também se tornou “recente” do ponto de vista do número de pessoas que acessam, hoje, esse benefício, pois em anos anteriores esse número era muito reduzido. Assim, já se pode identificar um ponto de partida para o empoderamento econômico e, conseqüentemente, o início de outras dimensões de empoderamento.

O impacto dessas políticas na vida dessas assentadas dá movimento ao processo de interação dos elementos – “cada elemento está sempre variando de valor” – e a tendência deste empoderamento é aumentar ao longo do tempo.

Não só no meio rural, mas também no urbano, as conquistas femininas apresentam como entrave o fator tempo, uma vez que as conquistas levam muito mais tempo devido à quebra de paradigmas. As construções sociais e culturais construídas ao longo do tempo não se derrubam em uma década ou duas. Desta forma, objetivando analisar estes modelos e construções, busca-se definir o conceito de sociedade patriarcal:

(...) foi à forma de constituição da sociedade agrária brasileira que acalentou as desigualdades entre homens e mulheres com a consolidação de uma sociedade patriarcal. A partir dos hábitos culturais e costumes informados

pelo Direito Positivo, a sociedade agrária associou a figura da mulher a sua posição na família (BUTTO; HORA, 2008, p. 23).

Hábitos culturais e costumes associaram a mulher a sua posição na família, ou seja, “estas mulheres se inserem no esquema tradicional da família patriarcal do homem provedor” (MELO; DI SABBATO, 2008, p. 62). A mulher tem o papel de zelar pela família e o homem de prover: as mulheres cuidam da casa, dos filhos, dos animais domésticos e plantas, das hortaliças e leguminosas próximas a casa e “ajudam” o marido na roça; os homens escolhem o cultivo, preparam a terra, plantam, colhem e comercializam, o que inclui, também, as tomadas de decisões. Estes hábitos e costumes são repassados de mães para filhas e de pais para filhos, o que constitui a cultura patriarcal.

Os estudos de gênero não têm por objetivo inferiorizar a figura masculina; pelo contrário, busca a equidade entre mulheres e homens. Segundo a definição de Silva (2003) sobre gênero, torna-se evidente a diferença entre gênero e sexo, em que gênero é uma construção social e sexo uma diferença biológica. A afirmação permite concluir que as divisões do trabalho discutidas aqui não se dão por diferenças biológicas, mas sim pela ideia que a sociedade constrói do que é trabalho feminino e trabalho masculino.

## CAPÍTULO II

### O TRILHAR METODOLÓGICO

Fotografia 02 – Estrada principal de acesso às agrovilas. Porto Velho, 2012.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2012.

## 2.1 Método

Para a descrição da realidade pesquisada, busca-se um instrumento intelectual e racional que possibilite esta leitura: o método. Entretanto, qualquer esforço no sentido de compreensão da realidade torna-se um problema, pois a transformação do movimento da realidade sempre será um problema e um obstáculo colocado no plano do conhecimento humano.

Então, definir a melhor maneira de apreensão da realidade torna-se um desafio, pois um método que apresenta categorias fixas torna a compreensão da realidade incompleta. Assim sendo, o instrumento intelectual que melhor se apresenta para a leitura dessa realidade é o método dialético, capaz de acompanhar o movimento das coisas. De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 100),

para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está "acabada", encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim de um *processo* é sempre o começo de outro.

Estudar o campo, as questões agrárias do país ou, ainda, os assentamentos requer um método capaz de acompanhar o movimento do real, uma vez que esses assuntos são dinâmicos e estão em constante movimento. Para acompanhar o movimento do real, o pensamento tem que se mover também.

A palavra *processo* grifada na citação revela sobre esta questão das categorias fixas, sobre a questão da apreensão da realidade, ou seja, como devemos agir diante do real. Como? Com ferramentas capazes de acompanhar o movimento do real.

Para resgatar a realidade temos que remontar o processo todo. É preciso ter elementos e conteúdos suficientes, e quem nos dá isso é a história. A história, no sentido de reconstrução do processo, evidenciando o passado, o presente e o futuro, mas o presente como resultado do passado e, também, o presente enquanto uma forma a ser superada no movimento do futuro.

Tomo como exemplo esse movimento do real aplicado no conceito de camponês. Vamos encontrar no *passado* do país (logo após sua colonização) o que pode se identificar como o princípio dessa classe formada por escravos, indígenas e europeus que não acumularam terras. Vamos encontrar esse camponês em processo de transição no *presente* impactado pela introdução de novas técnicas no

campo. Quanto ao fato dessa classe ser superada no movimento do *futuro*, os próprios estudos mostram que muitos teóricos clássicos se equivocaram ao decretar sua extinção sendo que, nesse caso, o mais sensato é optar por afirmar sobre o conceito de recriação do campesinato.

As análises sobre o assentamento também seguirão essa lógica dialética do movimento do real. Desta forma, a análise ocorrerá sempre que possível tomando como base três momentos: o primeiro que vai do ano de 2005 a 2007, ano de elaboração do PDSA do assentamento; o segundo momento, anos de 2010 a 2012, baseando-se na monografia intitulada 'Geografia e gênero: divisão sexual do trabalho na agricultura familiar, no Assentamento Rural Joana D'Arc III' (SILVA, 2012); e o terceiro momento, 2014 e 2015, com base nos dados colhidos para a elaboração dessa dissertação.

Uma das funções mais importantes dos trabalhos de campo é transformar as palavras, os conceitos em experiências, em acontecimentos reais para a concretização dos conteúdos. Assim, por meio da observação e realização de entrevistas, questionários, os pesquisadores e estudantes irão apreendendo a realidade (MARAFON, 2011, p. 9).

O trabalho de campo se apresentou como a mais importante técnica de análise da pesquisa, dentre as várias viagens realizadas nos anos de 2010 a 2015, destacando-se as viagens realizadas nos anos de 2013 e 2014. Estas visitas nos permitiram observar pequenos detalhes do dia-a-dia, detalhes estes impossíveis de serem coletados somente com aplicações de questionários ou entrevistas. E também nos permitiram vivenciar o cotidiano destas famílias, experiências que não podem ser transmitidas através de dados bibliográficos. Destaca-se, ainda, a visita a campo realizada na sede do INCRA, em abril de 2014.

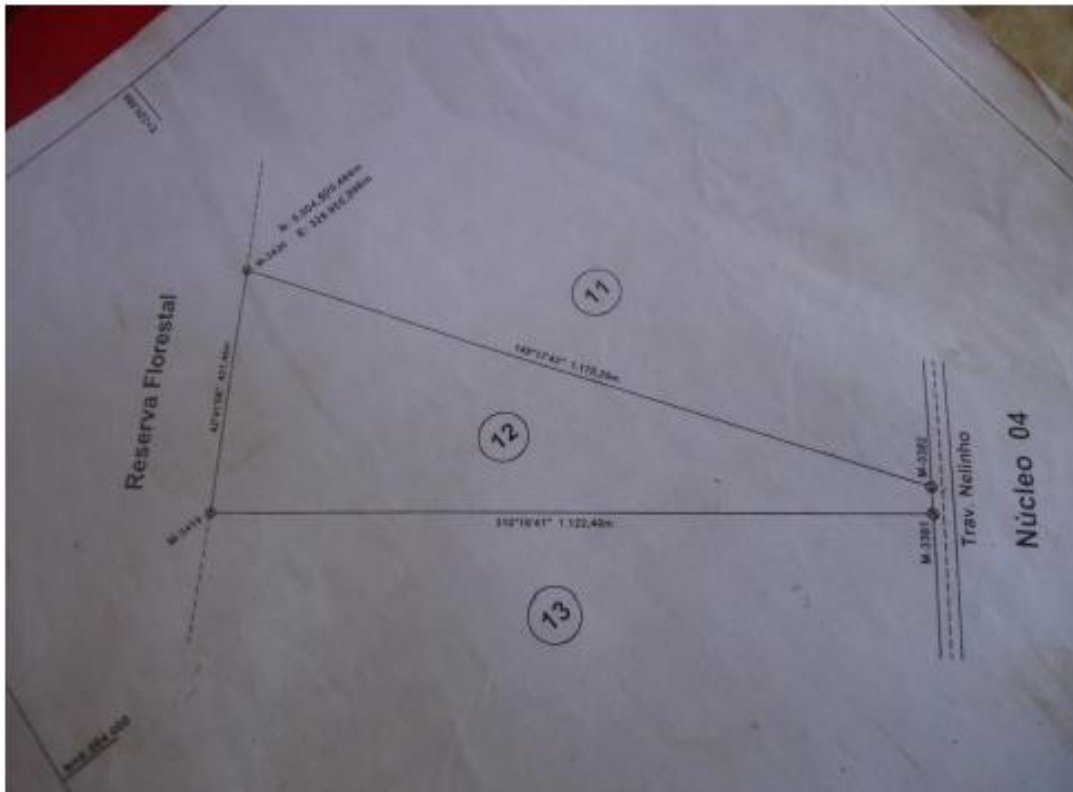
## **2.2 Locus da Pesquisa**

A presente pesquisa foi desenvolvida no Assentamento Rural Joana D'Arc. O assentamento (setor III) se distancia cerca de 100 km da cidade de Porto Velho e seu acesso se dá através do Ramal Jatuarana, que está localizado à margem esquerda da BR 319. Como o assentamento está localizado na margem esquerda do Rio Madeira, torna-se necessário fazer a travessia do mesmo, a qual,

anteriormente, era realizada por meio de uma balsa e, atualmente, utiliza-se a ponte recém construída que liga Porto Velho a Humaitá/AM.

O assentamento está organizado em três setores, Joana D'Arc I, II e III, sendo que eles estão interligados por estradas de cascalho denominadas como travessão. A pesquisa é realizada no setor III – não em sua totalidade –, nas agrovilas que representam 144 lotes. O restante do setor III está dividido em 318 lotes que não possuem o formato de pizza das seis agrovilas que estão divididas em 24 lotes cada.

Fotografia 03 – Estrutura dos lotes das agrovilas de Joana D'Arc III.



Fonte: Oliveira (2013).

A imagem 03 é à planta de um lote entregue pelo INCRA aos moradores e foi fotografada por uma das pesquisadoras do GEPGÊNERO que desenvolveu pesquisas em anos anteriores (2013) e, portanto, a imagem pertence a esta colaboradora.

### 2.3 Trajetória de Vida dos Assentados

As primeiras famílias a residirem no PA Joana D'Arc III foram encaminhadas pelo INCRA no ano de 1982, através de processo de seleção, inscrição e entrevista, sendo a grande maioria vinda de outras regiões. As condições eram precárias, pois não havia estradas e os produtores chegavam pelo rio Jacy, afluente do rio Madeira. O caminhão do INCRA deixava os assentados na beira do rio e eles tinham que andar de 8 a 15 km até a chegada de seus lotes, carregando os seus pertences.

O assentamento foi regularizado no ano de 2000. Segundo relatos dos assentados, cedidos em entrevistas realizadas pelos técnicos da COTRARON, o INCRA só liberava o crédito fomento e habitação depois de, no mínimo, dois anos de permanência no lote, sendo esta a principal causa da desistência de muitos moradores do Assentamento Joana D'Arc III. Outra consequência era a venda dos lotes para fazendeiros por preços irrisórios.

Apesar de ser criado na década de 1980, os moradores que hoje residem no assentamento III fazem parte de um “segundo” processo de colonização datado do ano de 2001. Consoante Oliveira (2013, p. 25):

ainda de acordo com os dados coletados junto ao INCRA, a criação do Assentamento Rural Joana D'Arc III está datada de 9 de junho de 2000, por meio da portaria SR-17/ n° 070, tendo uma área registrada de 27.920,6610 de hectares. Deste total, foram medidos 24.143,5197 ha. Os lotes começaram a ser entregues pelo INCRA em abril de 2001. Antes de serem remanejados para as agrovilas, os assentados foram levados para um acampamento localizado no Distrito de JaciParaná. Algumas famílias chegaram a passar até um ano no acampamento. Outras passaram menos tempo. Durante este período, muitas das famílias moraram em barracas feitas de lona.

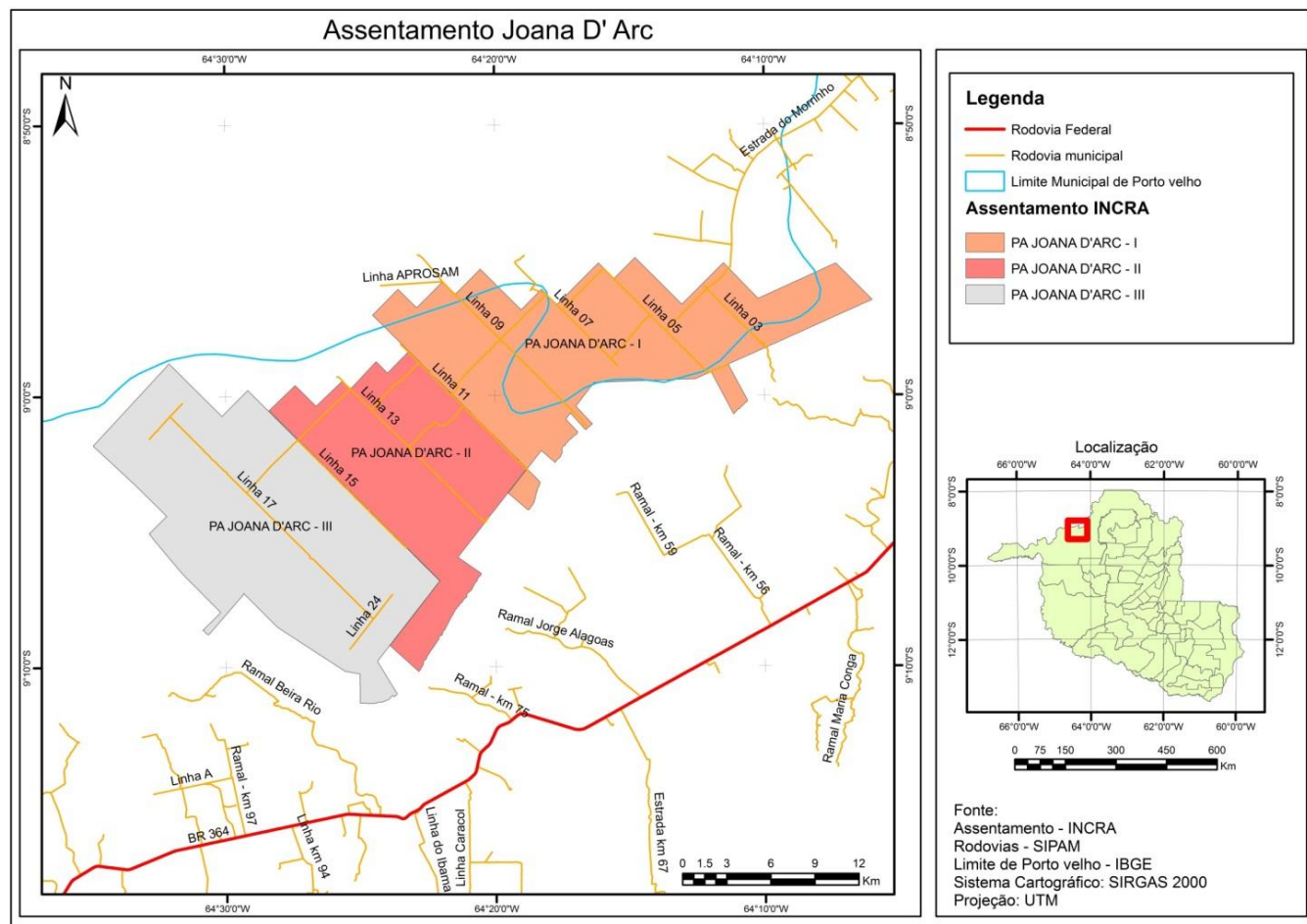
Dados obtidos através dos moradores mais antigos citam a trajetória destes em duas etapas principais. Primeiro o processo de acampamento no Distrito de Jaci-Paraná que durou cerca de um ano e, nesta etapa, faz-se importante destacar o aprendizado quanto ao trabalho em conjunto, através de associações e cooperativas. O segundo processo é o de assentamento nas agrovilas, onde estes agricultores já apresentavam uma bagagem de orientações e experiências das lutas organizadas em conjunto.

Estas características são reproduzidas no assentamento e podem ser identificadas através dos benefícios alcançados por meio da associação dos produtores rurais.

Entre os assentados também há moradores que não participaram dos movimentos ou acampamentos, e obtiveram os lotes através da compra, sendo o pagamento referente aos benefícios encontrados no lote, pois as terras do assentamento não podem ser vendidas. Esses novos donos enfrentam dificuldades principalmente no acesso a políticas públicas, já que não possuem o título de fato.



Figura 01 – Assentamento Joana D'Arc.



## 2.4 Plano de Desenvolvimento Sustentável do PA Joana D'Arc III

O PDSA foi elaborado pela cooperativa de Trabalho Agro-ambiental de Rondônia (COOTRARON), sendo que a construção ocorreu junto aos moradores do PA Joana D'Arc III, em que os próprios agricultores expuseram as demandas e os anseios da comunidade.

Foram realizadas reuniões, palestras e oficinas visando a construção de um quadro de informações referentes ao assentamento: número de assentados, grau de escolaridade, tipo de solo, qualidade da água, organizações sociais, benfeitorias, entre outras.

Tabela 01 – Datas e ações realizadas no assentamento.

Ano	Principais ações
2001	Foi criada a primeira associação – APRUJODA, na linha 17, com objetivo de lutar pela conquista do crédito apoio e habitação, tendo começado nesse mesmo ano a liberação do crédito apoio para grande maioria de assentados.
2002	Começou a abertura da estrada até a linha 03. Os primeiros créditos habitação começaram a ser liberados e a implantação da primeira escola de 1º ao 5º ano.
2003	Foi concluída a abertura da estrada sem cascalho até a linha 17. Nesse ano também começou a assistência técnica por parte da COOTRARON, iniciando com quatro técnicos.
2005	Começou o programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental – ATEs. O assentamento começa a se desenvolver e a produção começa a ser comercializada devido à melhora das estradas.
2006	Encascalhamento das estradas até a linha 17. Neste ano começou a instalação de energia elétrica, chegando até a linha 7.
2007	Energia chega às agrovilas.

Fonte: Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento (PDSA). Organizado por Viviane Nery Silva, 2015.

É importante ressaltar que apesar do quadro citar diversas infraestruturas para o assentamento, até o ano de 2007 apenas a energia e as assessorias técnicas haviam chegado às agrovilas. Contudo, no ano de 2010 – quando se iniciaram as

pesquisas do grupo GEPGÊNERO no local – já havia estradas abertas e encascalhadas até as agrovilas.

## 2.5 Trabalho de Campo

O trabalho de campo se apresentou como a mais importante técnica de análise da pesquisa. Dentre as várias viagens realizadas nos anos de 2010 a 2015 destacam-se algumas, como a primeira visita, no ano de 2010, quando fomos apresentadas à comunidade e, também, quando tivemos o primeiro contato com os assentados.

Outra visita que merece destaque foi a realizada no primeiro semestre de 2013, quando o grupo GEPGÊNERO se deslocou até o assentamento para desenvolver estudos sobre a transferência de renda. Os instrumentos de pesquisa utilizados foram os questionários semiestruturados.

Durante os cinco anos de pesquisa no assentamento foram utilizados diversos veículos para o acesso até a comunidade, como: caminhonetes, ônibus da Universidade e também o ônibus de linha utilizado pelos moradores, sendo esta última a experiência que mais nos aproximou da realidade e das dificuldades enfrentadas por esses assentados na estrada.

Fotografia 04 – Ônibus da universidade em uma das viagens de campo à Joana D'Arc III. Porto Velho, 2011.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2011.

Quanto ao transporte utilizado pela comunidade, as primeiras dificuldades foram identificadas ainda na cidade de Porto Velho, com a falta de um local adequado para a espera do ônibus, a precariedade das estradas de acesso (que continham muitos buracos) e, também, o excesso de poeira. A viagem no transporte de linha dura cerca de quatro horas e alguns assentados ainda tem que andar por alguns quilômetros para chegarem aos seus lotes.

Fotografia 05 – Interior do ônibus utilizado pelos moradores do Assentamento Joana D’Arc III. Porto Velho/RO.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2012.

Nos trabalhos de campo realizados obtivemos dados informativos a respeito da história e do modo de vida dos assentados. Os procedimentos utilizados foram questionários, entrevistas e a observação simples. Ao longo das visitas foram aplicados 42 questionários, sendo que, deste total, 28 eram de homens e 14 de mulheres. Para uma melhor compreensão do universo produtivo foi necessário analisar, também, um segundo grupo de questionários, no total de 47, voltados para o tema de transferência de renda, mas que continham, ainda, dados sobre a produção – foco da pesquisa.

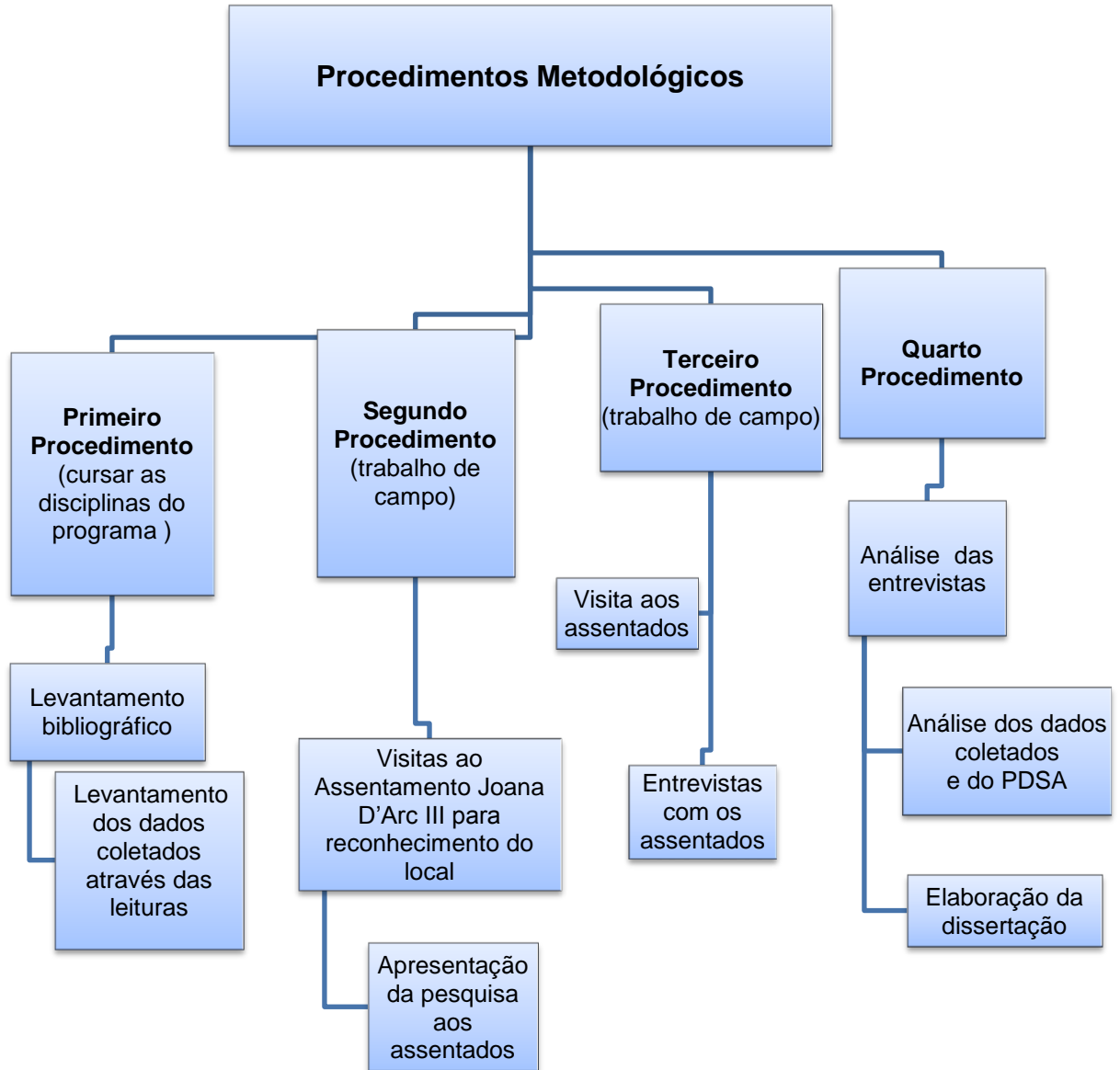
## 2.6 Procedimentos para Coleta de Dados

Os instrumentos da pesquisa (questionários, entrevistas, observações e registros fotográficos) foram aplicados junto ao grupo GEPGÊNERO. Para o desenvolvimento da pesquisa, a coleta de dados foi organizada em etapas:

1. Primeira etapa – compreendeu o levantamento bibliográfico incluindo a análise do PDSA do assentamento;
2. Segunda etapa – compreendeu os trabalhos de campo, o levantamento e a análise das informações referentes à organização do assentamento, à organização produtiva social e cultural e às informações históricas da formação do local, através dos relatos de moradores mais antigos;
3. Terceira etapa – compreendeu o trabalho de campo para realização das visitas aos assentados, onde foi possível verificar a disponibilidade e o aceite destes quanto a aplicação dos questionários e, também, das entrevistas semiestruturadas;
4. Quarta etapa – compreendeu a análise das entrevistas e análise dos dados coletados, que foram tabulados e, após esta etapa, foi possível a elaboração da dissertação.

Como antes comentado, o campo tornou-se um dos mais importantes eventos para a pesquisa e, dessa forma, o diário de campo de visita ao INCRA, realizado em abril de 2014, constará no final do trabalho (Apêndice).

## Organograma dos Procedimentos Metodológicos.



Fonte: Organizado por Viviane Nery Silva, 2015.

## CAPÍTULO III

### JOANA D'ARC III: UM ASSENTAMENTO DIVIDIDO

Fotografia 06 – Família de camponeses da Agrovila Chico Mendes: Seu Juarez, Dona Anita e os filhos. Porto Velho/RO.

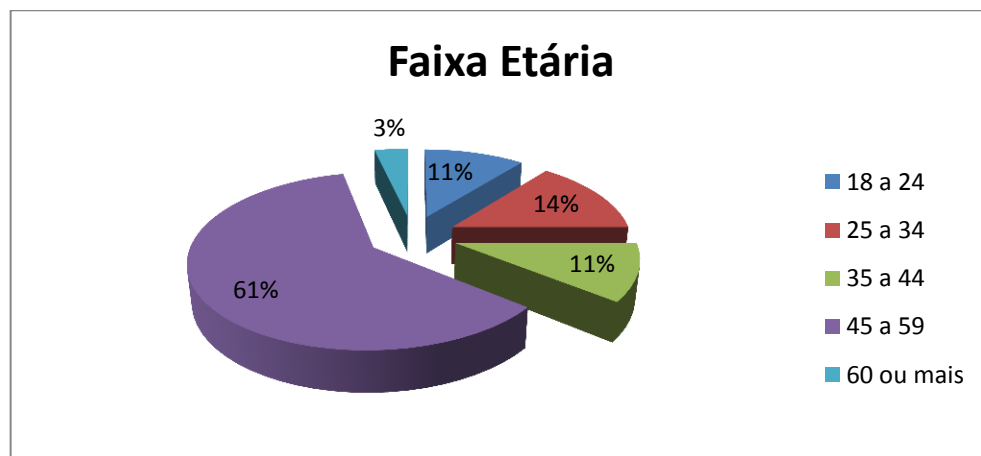


Fonte Acervo GEPGÊNERO, 2015.

### 3 Análise dos Resultados: conhecendo Joana D’Arc III, parte Agrovilas

O gráfico 01, a seguir, trata da faixa etária dos assentados participantes da pesquisa. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população brasileira é agrupada em três faixas etárias: crianças de 0-14 anos, a faixa etária considerada potencialmente ativa que é de 15-65 anos e a faixa etária dos idosos (acima de 65 anos). De acordo com essa classificação, a população de Joana D’Arc III está inserida na faixa etária potencialmente ativa, já que o maior índice é de 45-59 anos.

Gráfico 01 – Faixa etária dos assentados. Porto Velho/RO.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO. Organizado por Viviane Nery Silva, 2015.

Do universo de 42 entrevistados, 17 homens e nove mulheres têm esta média de idade.

Uma das características de uma população na faixa etária de 45 a 59 anos é que possuem uma baixa taxa de natalidade e de mortalidade. Ainda segundo o IBGE, “o país caminha velozmente rumo a um perfil demográfico cada vez mais envelhecido” (IBGE, 2009, p19). Justifica-se esse dado devido ao Brasil ser um país em desenvolvimento, e a tendência é que ele esteja em transição para taxas semelhantes a dos países desenvolvidos, ainda mais reduzidas quanto à natalidade e à mortalidade.

Os dados coletados mostraram que há uma concentração masculina e, de contrapartida, uma urbanização da população rural feminina. Isso demonstra que o



assentamento se posiciona de maneira simétrica à realidade do país em relação a população rural feminina e masculina.

Gráfico 02 – Sexo e titulação dos assentados. Porto Velho/RO.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO. Organizado por Viviane Nery Silva, 2015.

As possíveis causas desse êxodo rural feminino podem ser atribuídas à falta de emprego no campo, como afirma Melo e Di Sabbato (2008) ao afirmarem que a maior oportunidade de ocupação para o sexo feminino está nas cidades.

Há, ainda, o uso do termo “masculinização do mundo rural”, que pode ser comprovado a partir do censo de 1950, com a predominância das mulheres nas cidades e, no ano de 2004, com a constatação de um excedente feminino na população urbana. As mulheres que deixam o assentamento buscam, geralmente, emprego e estudo e são, em sua maioria, jovens e adolescentes.

Quando se trata do uso da terra, homens e mulheres têm um tratamento diferenciado. As mulheres utilizam técnicas menos agressivas ao meio ambiente (adubo orgânico) e a produção está relacionada, principalmente, à plantação de hortaliças e de leguminosas que são destinadas à subsistência da família, porém isso não significa que elas também não tenham participação no cultivo de outros produtos. Segue, abaixo, a Tabela 02 com dados relacionados às técnicas e aos insumos utilizados por homens e mulheres para melhoria da produção:

Tabela 02 – Técnicas utilizadas para melhoria da produção. Porto Velho/RO.

Técnicas	Homens	Mulheres
Calcário	15	07
Química	12	01
Adubo orgânico	10	01
Rudimentar	09	02
Mecânica	03	03
Queimada	01	01
Derrubada	01	

Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2015. Organizado por Viviane Nery Silva, 2015.

As técnicas utilizadas para a melhoria da produção são variadas e cada assentado utiliza mais de uma. O uso do calcário para corrigir o solo é o mais comum, assim como o adubo orgânico. O calcário é fornecido pela SEMAGRIC e o uso deste produto revela um dos vários problemas enfrentados por aquela população, que é o excesso de acidez e a falta de fertilidade do solo.

As técnicas químicas envolvem desde veneno para matar o mato até o uso de ureia, sulfato de amônia e agrotóxicos. E, por fim, as técnicas rudimentares utilizam enxadas, pás e foices. Em relação às técnicas e à preparação do solo é importante observar que os(as) entrevistados(as) poderiam responder a mais de uma alternativa.

Quanto às técnicas utilizadas, é possível evidenciar algumas diferenças, por exemplo: o calcário e as técnicas químicas são mais utilizados por homens do que por mulheres. Essa informação pode revelar tanto as dificuldades das mulheres de acesso a determinadas técnicas, quanto o fato de que esses espaços de tomada de decisões são masculinos, ou, ainda, que os alimentos cultivados por essas mulheres não exigem ou elas optam por não usarem técnicas consideradas mais agressivas.

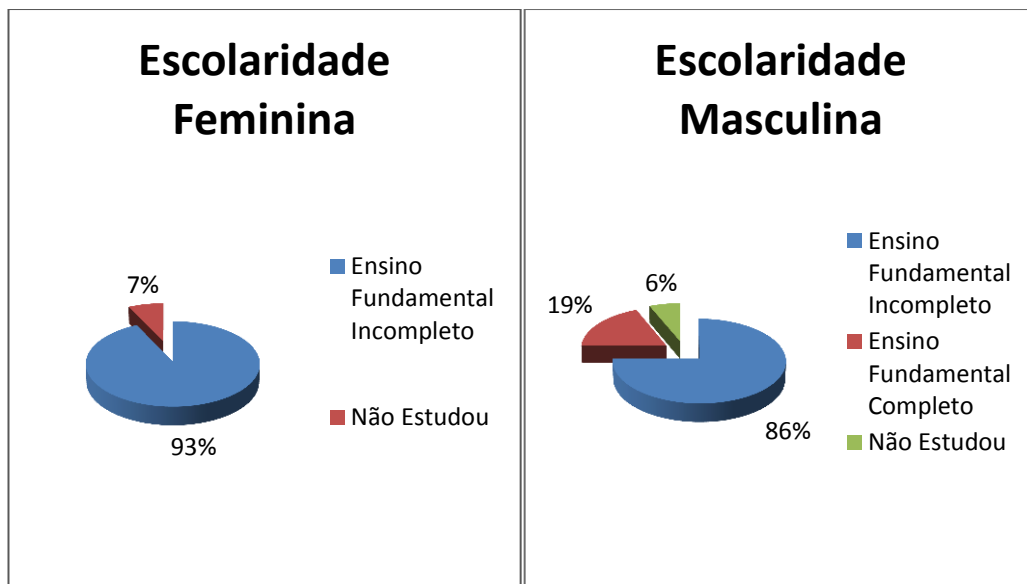
Baseado na teoria do Ecofeminismo<sup>8</sup>, mulheres têm uma relação diferente com o meio ambiente, sendo que elas pensam no futuro e no bem-estar de sua família em “harmonia com a natureza”. Já os homens utilizam-se de técnicas consideradas mais agressivas, como derrubadas e queimadas para a preparação do solo.

<sup>8</sup>O movimento ecofeminista traz à tona a relação estreita existente entre a exploração e a submissão da natureza e das mulheres pelo poder patriarcal, sendo que, para elas, o equilíbrio do meio ambiente vem a se apresentar como um fator fundamental para a qualidade de vida da família.

### 3.1 Educação

Ao analisar a escolaridade desta população foi possível evidenciar os seguintes dados: 93% das mulheres e 86% dos homens possuem o ensino fundamental incompleto, o que demonstra um pequeno destaque feminino; quanto aos entrevistados que não estudaram, 7% são mulheres e 6% são homens; e, quanto à escolaridade das mulheres, não há representantes no nível fundamental completo.

Gráfico 03 – Escolaridade dos assentados. Porto Velho/RO.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO. Organizado por Viviane Nery Silva, 2015.

Os problemas educacionais do Assentamento Rural Joana D'Arc III, obtidos no gráfico de escolaridade, não são oriundos desta localidade, visto que os dados se referem aos titulares de lotes, ou seja, de todos os adultos que vivenciaram essa etapa de escolarização em outros assentamentos ou cidades.

Levando-se em consideração que a precariedade na educação, juntamente com outros fatores, contribuiu para a realidade desses adultos, pode-se considerar que, possivelmente, se a estrutura atual não melhorar e se não houver planejamento ou políticas para o Assentamento III, as crianças e os adolescentes também apresentarão esses índices do Gráfico 03, isto é, não terminarão o ensino fundamental ou médio. Portanto, faz-se premente considerar que esses adultos

passaram por uma experiência igual (ou pior) em outros assentamentos, tirando-lhes a oportunidade do aprendizado.

Em análise do PDSA do assentamento, realizado nos anos de 2006 e 2007, ficou constatada a ineficiência na área da educação, havendo um índice grande de analfabetos. Havia escolas de 1ª a 4ª séries nas linhas, funcionando sem o mínimo de infraestrutura física e pedagógica e, para os alunos do ensino fundamental de 5ª a 8ª séries, havia apenas uma escola – José Altino de Freitas – localizada no PA Joana D’Arc I, na linha 9.

A situação no ano de 2012 não apresentou muitas mudanças, uma vez que as infraestruturas das escolas continuavam precárias, não havia professores para as séries de nível fundamental e médio, as escolas estavam localizadas no Joana D’Arc II, as viagens ainda eram cansativas devido a precariedade da estrada e, também, do ônibus que quebrava frequentemente, deixando os alunos à beira da estrada.

Fotografia 07 – Escola Municipal Flor do Amazonas. Destaque para a foto do canto direito que mostra a primeira escola da agrovila no ano de 2008. Porto Velho/RO.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2014.

No ano de 2015 o Assentamento Joana D’Arc III continua sem escolas de nível médio e os alunos ainda precisam se deslocar para o Joana D’Arc II. Eles enfrentam, também, problemas como as precariedades da estrada e do ônibus e com a falta de professores.

Outro destaque negativo para educação do local é o fato de várias escolas terem sido desativadas em função do complexo hidrelétrico Santo Antônio e Jirau. Pode-se citar como melhoria a estrutura física da Escola de Ensino Fundamental Flor do Amazonas, do Assentamento III, parte Agrovilas.

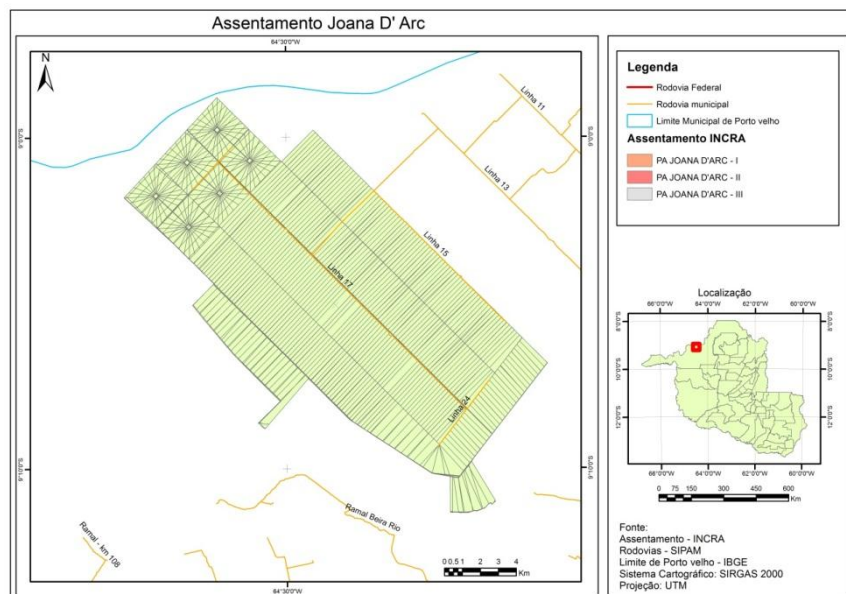
### 3.2 Organização Sócio Espacial do Assentamento

A organização espacial da área pesquisada do assentamento setor III se dá em sistemas de agrovilas, sendo 144 lotes divididos em seis agrovilas. O número de famílias residentes nas agrovilas, de acordo com o PDSA (2007) do assentamento, é de 80 famílias, tendo, ainda, 318 lotes distribuídos em linhas. Segundo o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento,

nas agrovilas apresentam em média 2500 m de perímetro sendo 40 m de limite frontal, 300 metros de limite fundiário, e 1000 m de lateral direita, totalizando uma área de 25 ha. O assentamento possui seis agrovilas onde apresenta parcelas aglomeradas e 318 de lotes quadrado burro (PDSA, 2007, p. 41).

A figura a seguir demonstra a extensão do Assentamento de Joana D'Arc III, sendo que as agrovilas estão localizadas no canto esquerdo da imagem.

Figura 02 – Organização espacial do projeto de Assentamento Joana D'Arc III. Porto Velho/RO.



Fonte: Viviane Nery Silva, 2015.

A Figura 02 destaca todo o assentamento, de modo que a pesquisa foi desenvolvida apenas nas agrovilas. O motivo pela delimitação deste espaço é a escolha do público-alvo, pois o objetivo foi trabalhar com os participantes ou ex-participantes do MCC, sendo que estes passaram por processos de migração, expropriação, acampamento e, atualmente, assentamento. As agrovilas reúnem pessoas de diferentes estados do Brasil, havendo uma riqueza de informações culturais e sociais nesse espaço.

### 3.3 Redução do Número de Moradores

O assentamento foi projetado para 144 lotes, mas apenas 78 famílias residem no local. De acordo com o presidente da associação, senhor Otávio Medeiros, nos dias atuais (2015), existem cerca de 40 famílias no assentamento.

Tabela 03 – Número de famílias que residem nas agrovilas (2015).

<b>Agrovilas</b>	<b>Quantidade de famílias</b>
União dos Camponeses	13
Padre Ezequiel	06
Sérgio Rodrigues	03
Pequena Vanessa	05
Chico Mendes	09
Vencedora	05
<b>Total</b>	<b>41</b>

Fonte: AASRPROJD. Janeiro de 2015. Organizado por Viviane Nery Silva, 2015.

Levando-se em consideração a informação de que apenas 78 famílias foram assentadas nas agrovilas, entende-se que, desde o início, cerca de 46% dos lotes não foram ocupados.

Para melhor compreensão, é possível dividir a redução do número de famílias em dois momentos: no início do assentamento, que ocorreu no ano de 2001 (primeiro momento); e a partir de 2010, com os primeiros impactos das usinas hidrelétricas (segundo momento). De acordo com dados da Santo Antônio Energia, dos 1.050 assentados (dado referente a todo o Assentamento Joana D'Arc), 170 já foram remanejados por terem sido atingidos de maneira direta ou indireta.

No primeiro momento, a redução foi de 45,8%, ou seja, de 144 famílias apenas 78 ocuparam os lotes, tendo como principal motivo identificado a questão do

acesso, pois não existiam estradas até o local, apenas picadas que eram caminhos abertos na floresta, através de facão. Soma-se a isso a demora para a liberação dos créditos pelo INCRA, que provocou o abandono ou a venda dos lotes por preços irrisórios.

O segundo momento é marcado não só pelos impactos diretos ou indiretos dos empreendimentos hidrelétricos da região, mas também pela potencialização desses problemas através da cheia do rio Madeira, em 2014. A redução foi de, aproximadamente, 47%, isto é, das 78 famílias existentes hoje cerca de 40 permanecem no local. O principal motivo, além dos citados acima, foram os problemas das estradas, tendo em vista que esse entrave é o que mais se destaca nos relatos dos moradores.

Tabela 04 – Número de famílias que residem nas agrovilas (2013).

<b>Agrovilas</b>	<b>Quantidade de famílias</b>
União dos Camponeses	13
Padre Ezequiel	09
Sérgio Rodriguez	10
Pequena Vanessa	16
Chico Mendes	15
Vencedora	16
<b>Total</b>	

Fonte: Oliveira (2013).

Pode-se evidenciar uma redução significativa do número de moradores comparando os dados da Tabela 03 com os dados da Tabela 04, havendo redução nas agrovilas Chico Mendes, Padre Ezequiel, Pequena Vanessa, Sergio Rodrigues e Vencedora. Já a Agrovila União dos Camponeses manteve o mesmo número de moradores.

Outra informação que merece destaque é a situação enfrentada pelos assentados que decidiram deixar Joana D'Arc e acampar na sede do INCRA, em abril de 2014, uma vez que eles não acamparam somente na sede do Instituto de Reforma Agrária, mas também na sede do escritório da Santo Antônio Energia e ali permaneceram por cerca de dois meses. Foram vários anos de luta, pois as reivindicações desses assentados não se iniciaram em 2014, mas sim em anos anteriores quando os primeiros problemas surgiram no local impedindo-os de produzirem. Assim sendo, após reivindicações e manifestações foi possível encontrar uma solução, conforme traz o jornal eletrônico Tudorondônia, com o título

da matéria: *Famílias do Joana D'Arc estão conseguindo do INCRA novo assentamento, mas sofrem com descaso da prefeitura.*

Em reunião realizada no último dia 08/04 na Sede Regional do INCRA na Capital, com a participação do deputado Lazinho da FETAGRO, da comissão de representantes do Joana D'Arc, do presidente do Sindicato STTR, Luis Pires, do presidente da CUT, Itamar Ferreira, e do representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB, o superintendente do órgão Luís Flávio Ribeiro informou que o Comitê de Decisão Regional do INCRA aprovou a resolução INCRA/CDR/SR17/RO/Nº003/2015, para desapropriação do imóvel rural fazenda Norbrasil/Arco Íris, localizada no município de Porto Velho, para assentar 286 famílias do Joana D'Arc (TUDORONDÔNIA, 14/04/2015).

A matéria também destaca os novos “velhos” problemas enfrentados pelos assentados. A principal reclamação é a estrada de acesso de cerca de 3,5 km que tem trechos intransitáveis para carros pequenos e é necessário atravessar os atoleiros a pé. Eles reivindicam, também, transporte escolar, fumacê para combater mosquitos e alternativas de renda.

### **3.4 Divisão dos Assentados de Joana D'Arc III**

Os complexos hidrelétricos que se encontram próximos do assentamento o impactaram de maneira direta e indireta. De acordo com um estudo realizado pela Empresa Santo Antônio Energia, que envolvia cadastros, estudos de caso, etc., todos os impactados foram remanejados e indenizados de maneira correta.

Apesar de todos os estudos e compensações por parte da Santo Antônio Energia, muitos moradores do Assentamento Joana D'Arc III afirmam sofrer impactos, podendo-se citar, como exemplo, a subida do lençol freático, a contaminação das águas – tornando-as impossível para o consumo humano, a invasão de animais silvestres (como onças), a morte das plantações devido o solo estar encharcado e a invasão de mosquitos, os quais configuram alguns dos muitos problemas que os moradores enfrentam.

No ano de 2014, com a cheia do rio Madeira, todos esses problemas vieram a se agravar e os moradores, então, deixaram seus lotes e se alojaram na sede do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), em Porto Velho, para reivindicar seus direitos, havendo representantes de todas as linhas e agrovilas. Constatou-se, diante deste movimento, que havia uma divisão no assentamento entre aqueles que



desejavam deixar o local, pois tinham parte do seu lote ou a maioria dele tomado pelas águas ou por alguns dos problemas anteriormente citados, e aqueles assentados que desejavam permanecer em Joana D’Arc.

A partir desse momento, a pesquisa passa a seguir dois vieses, passa a estudar dois grupos. Diante deste contexto: como identificar as novas configurações produtivas que permitem a permanência do modo de produção camponês? Agora se passa a estudar, também, o que não permite a permanência do camponês. Passa-se a estudar quais eram as condições que os assentados que reivindicavam a saída de Joana D’Arc viviam ou vivem, pois muitos ainda aguardam uma decisão dos órgãos competentes. A enchente do rio Madeira desvelou uma realidade vivenciada pelos moradores do assentamento, pois revelou a singularidade desse problema.

Os problemas dos assentamentos localizados por todo o país seguem um padrão, ou seja, na maioria das vezes estão relacionados com: transporte, estradas, escoamento da produção, falta de escolas ou postos de saúde e, ainda, a improdutividade do solo, os quais são comuns em assentamentos de todo o território nacional e, talvez, ultrapassem esse limite.

Esses problemas são identificados e resolvidos dentro do padrão nacional, existindo programas governamentais, assistência técnica, cursos, convênios com instituições, assistências municipais, estaduais, etc.

Mas o problema enfrentado pelos assentados de Joana D’Arc III (não só o III, mas o assentamento como um todo) vai além desse padrão nacional, solo encharcado, água imprópria para o consumo humano, invasão de animais silvestres o que impossibilita a criação de galinha, gado, etc., e aumento do número de mosquitos. O camponês não pode produzir e se vê obrigado a abandonar seu lote.

### **3.5 Grupo que Deseja Deixar o Assentamento**

A seguir será feita uma análise do grupo formado pelos que desejam deixar o assentamento; esse grupo é misto, formado por assentados das linhas e das agrovilas.

*“Joana D’Arc era o sonho de qualquer pessoa. Hoje virou o pesadelo.” (M. V. C., 43 anos)*

É necessário enfatizar que todas as informações, relatos de vida e questionários foram obtidos nas visitas de campo realizadas na sede do INCRA, onde os assentados encontravam-se acampados. No dia 03 de abril de 2014 foi realizada a primeira visita ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sendo que o local estava ocupado pelos moradores do Assentamento Rural Joana D'Arc que, segundo informações, somavam-se ali 286 famílias que representavam os setores I, II, III e as agrovilas.

O motivo da ocupação era o não cumprimento de um acordo selado entre os assentados e o INCRA. De acordo com um dos representantes daquela ocupação, há mais de três anos a comunidade sofria com os impactos diretos e indiretos da construção das hidrelétricas (Santo Antônio e Jirau), o que os levou a buscar ajuda frente ao INCRA e ao consórcio Santo Antônio Energia.

Em uma viagem a Brasília foi acordado que o INCRA utilizaria o valor de 24 milhões para a aquisição de novas terras, enquanto que o consórcio Santo Antônio Energia disponibilizaria um milhão de reais que seria dividido entre as famílias (874,12 X 4 meses/família) e, ainda, distribuiria cestas básicas durante quatro meses.

O acordo foi cumprido apenas por parte da Santo Antônio Energia, já que o INCRA não disponibilizou novas terras. Os assentados reivindicavam que, não havendo possibilidade da compra de novas terras por parte do INCRA, o mesmo disponibilizasse o valor de 24 milhões que seriam divididos entre as famílias para que cada uma pudesse fazer a compra de seu lote. Foi alegado, ainda, que Joana D'Arc não teria capacidade de continuar com seus moradores, tendo em vista que nesse período apresentava grandes problemas.

Foi possível identificar as lideranças do movimento, que se encontrava dividido entre diferentes pessoas. Algumas identificamos apenas pelo primeiro nome e são representantes das diferentes linhas e agrovilas:

- ✓ Lima – Eloir Ferrareis, representante da linha 11;
- ✓ Viana – representante da linha 15;
- ✓ Edson – representante da linha 17;
- ✓ Domingos – representante da linha 19;
- ✓ Romilto – Ferreira, representante das agrovilas.

Segundo Lima, líder da linha 11, a enchente do rio Madeira, no ano de 2014, só veio a agravar os problemas já existentes, pois estes já incomodavam a população há mais de três anos. Ele nos informa, ainda, que o local está em estado de calamidade pública e que mais de 200 famílias já haviam sido remanejadas.

O transporte utilizado pelos moradores é o ônibus de linha que, segundo eles, só vai três vezes durante a semana, “quando vai” afirma uma das assentadas. É comum o ônibus deixar de fazer o trajeto por não conseguir passar na balsa, a qual, frequentemente, deixa de operar devido alguns problemas ocasionados pelas enchentes do rio Madeira. O ônibus hoje (período da enchente – abril de 2014) está chegando apenas até a linha 13, não chegando até o Joana D’Arc III.

Antes da construção da usina, os assentados produziam mandioca e banana identificadas por eles como a base da produção de Joana D’Arc III e, também, por pesquisas já realizadas pelo grupo GEPGÊNERO. Nos últimos três anos esta produção começou a cair; há dois anos estava zerando e, atualmente, a produção zerou, pelas palavras do líder Lima.

Lima também afirma que os assentados estavam comprando farinha na cidade de Porto velho, pois o solo encontrava-se encharcado. Muitos perderam suas plantações e as criações estavam sendo atacadas por animais silvestres, como onças, cobras, gatos do mato, etc.

Fotografia 08 – Invasão de animais silvestres nas casas do assentamento. Porto Velho/RO.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2014.

A fotografia 08 retrata a invasão de uma cobra a uma residência em Joana D'Arc, sendo que esse tipo de episódio tornou-se frequente, principalmente, no período da cheia em 2014.

Outro problema enfrentado pelos assentados é o aumento dos mosquitos no local, fato registrado pela fotografia 09 que mostra o número excessivo desse inseto em uma residência do assentamento.

Fotografia 09 – Excesso de mosquitos. Porto Velho/RO.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2014.

De acordo com os moradores, o aumento dos mosquitos só veio a ocorrer após a chegada da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio nas imediações do assentamento.

A imagem a seguir caracteriza outro problema enfrentado em Joana D'Arc: a morte de árvores frutíferas, como laranjeiras e limoeiros. Em destaque, na fotografia 10, um pé de laranjeira e seus frutos estragados e espalhados pelo chão.

Fotografia 10 – Plantio afetado pelo solo encharcado. Porto Velho/RO.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2014.

O principal motivo apontado pelos assentados para esse problema é a subida do lençol freático, fenômeno esse que faz com que o solo fique encharcado e, conseqüentemente, os cultivos são afetados e perdidos.

### **3.6 Novas Estratégias/Organização Produtiva**

Como anteriormente citado, Joana D'Arc possui os problemas comuns a todos os assentamentos do país e, ainda, os específicos que foram agravados pela cheia do rio Madeira, mas, apesar desses fatores, existe uma parcela de pessoas que desejam permanecer no local.

A pesquisa se desenvolveu nas agrovilas que se localizam no setor III e, de acordo com os instrumentos de campo aplicados, em especial das entrevistas, a principal estratégia utilizada para a permanência desses assentados é o trabalho em grupo. Para uma melhor compreensão sobre o trabalho em grupo, ou melhor, o trabalho organizado, tornou-se necessário buscar o início dessa união entre os produtores rurais.

Através da análise literária e da análise das entrevistas realizadas no local, foi possível identificar duas hipóteses ou dois momentos considerados como a gênese dessa formação. O primeiro momento foi identificado através das entrevistas e o

segundo momento foi identificado por meio da análise do PDSA do Assentamento, realizado entre os anos de 2005 e 2007.

O primeiro momento faz parte da trajetória desses assentados até o assentamento, quando tiveram contato com o Movimento Camponês de Corumbiara e ficaram acampados no distrito de Jaci-Paraná por quase um ano. Vale apenas ressaltar que, nos dias atuais, um número muito reduzido desses assentados ainda permanece em Joana D'Arc III.

O acampamento enquanto espaço de socialização teve um importante papel para esses assentados, pois foi no acampamento que eles tiveram a oportunidade de se envolver em experiências novas, como participação em assembleias e comissões de trabalho. Pode-se identificar, nesse momento, o surgimento de uma postura coletiva, principalmente através dessas práticas.

É possível identificar a reprodução ou o reflexo dessas práticas de coletividade na associação AASPROJD, que hoje representa, para os assentados, o principal veículo articulador entre Joana D'Arc III e as entidades, instituições e/ou órgãos governamentais. Todas as decisões são tomadas através de assembleias e votadas pelos sócios participantes, sendo que estas decisões buscam a melhoria para todos e não apenas para os associados.

Outro exemplo são alguns benefícios que a comunidade obteve através de manifestação realizada na estrada de acesso ao assentamento, que tinha como objetivo impedir os caminhões do empreendimento Santo Antônio Energia de utilizar essas estradas, pois as estavam danificando. Os caminhões realizavam mudanças dos assentados que haviam sido remanejados do local.

No acordo entre as duas partes, destacando que a comunidade estava sendo representada pela associação, ficou acordado que, em troca da liberação do acesso, os assentados teriam suas reivindicações atendidas e, dentre elas, estavam a construção de uma agroindústria, a construção de poço artesiano e a aquisição de um trator. Todas as reivindicações foram atendidas, sendo que a agroindústria se encontra em fase de término.

É possível identificar, ainda, práticas que são características de acampamento, como as manifestações, a ação em grupo, o planejamento através do líder – figura representada pelo presidente da associação – e a busca de benefícios para o coletivo.

O segundo momento surge através da análise do PDSA do local, pois, de acordo com o documento,

apesar do assentamento já existir a cinco anos, a comunidade local só despertou seu interesse para a questão social, quando foram instruídos de que organizados, os benefícios seriam maiores para comunidade (PDSA, 2007, p. 26).

Estudos realizados pela COOTRARON, em relação à organização social do local, revelaram que a ausência de conhecimentos básicos sobre cooperativismo e associativismo aliada a outros problemas serviram como entrave à organização social da comunidade.

De acordo com o PDSA, foram realizadas capacitações sobre associativismo, cooperativismo e administração rural com o intuito de burlar essa realidade. A COOTRARON concluiu que havia necessidade de ampliação do debate com o intuito de conscientizá-los da importância do trabalho organizado. Uma das práticas adotadas pelo conselho foi incentivar a participação maciça dos assentados nas reuniões das associações, e outra medida tomada foi ressaltar a importância da presença das mulheres e dos jovens nessas reuniões.

Como resultado desse conjunto de práticas voltado para o coletivo foi que, através das associações, iniciou-se a mobilização dos associados para a comercialização conjunta de seus produtos, em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRIC, em que um caminhão foi cedido para o escoamento dos produtos, até a cidade de Porto Velho, para serem comercializados nas feiras.

### **3.7 Agroindústria: conquista do trabalho em grupo**

*“A agroindústria é um grande sonho de quem acredita no futuro.”* (Otávio Medeiros, presidente da associação)

Os recursos para a construção da agroindústria do Assentamento Joana D’Arc III foram adquiridos através de uma manifestação desses assentados para com o empreendimento Santo Antônio Energia, bloqueando as estradas de acesso, o que impediu o processo de remanejamento das famílias afetadas pelo empreendimento, como acima relatado. O bloqueio estava localizado na linha 11, o que impedia o trabalho de retirada das famílias.

Os moradores estavam representados pelo ex-presidente na época em exercício, Wellington, e o vice, Juarez, que relataram quais as principais necessidades do assentamento. As necessidades relatadas foram: um trator agrícola, um caminhão caçamba, poços artesanais e recursos para a construção de uma agroindústria. Atualmente, a agroindústria encontra-se em fase de construção.

Dentro do projeto, a estimativa de produção desta agroindústria é de cinco mil quilogramas ao dia. Para alcançar essa estimativa, relata Otávio Medeiros, presidente atual da associação, sobre a necessidade de terras, já que derrubadas e queimadas são proibidas. Fato esse essencial para alcançar a meta de cinco toneladas ao dia, visto que o número de matéria-prima terá que ser proporcional a esse valor.

Quanto à geração de renda, de acordo com o projeto, após a conclusão do empreendimento serão gerados, diretamente, 11 empregos e, indiretamente, mais de 20 empregos.

Atualmente, existem no assentamento duas farinheiras mecanizadas funcionando, segundo dados obtidos através da associação. A produção atual é de 200 sacos de farinha ao mês, o que equivale a 10.000 quilogramas, pois cada saco pesa 50 quilogramas. Esse dado é apenas de uma farinheira, mas de acordo com dados do presidente, as duas farinheiras produzem, na maioria das vezes, em mesma proporção, de maneira que, ao mês, as agrovilas produzem, em média, 400 sacos de farinha, ou seja, 20 toneladas.

Se compararmos com a estimativa do projeto da agroindústria, quatro dias equivaleriam ao total mensal da produção hoje. Desta forma, a produção daria um salto equivalente a sete vezes o valor atual produzido, fato este que confirma a necessidade de novas terras para o aumento do plantio.



## CAPÍTULO IV

### ESPAÇO PRODUTIVO

Fotografia 11 – Plantio de banana. Porto Velho/RO.

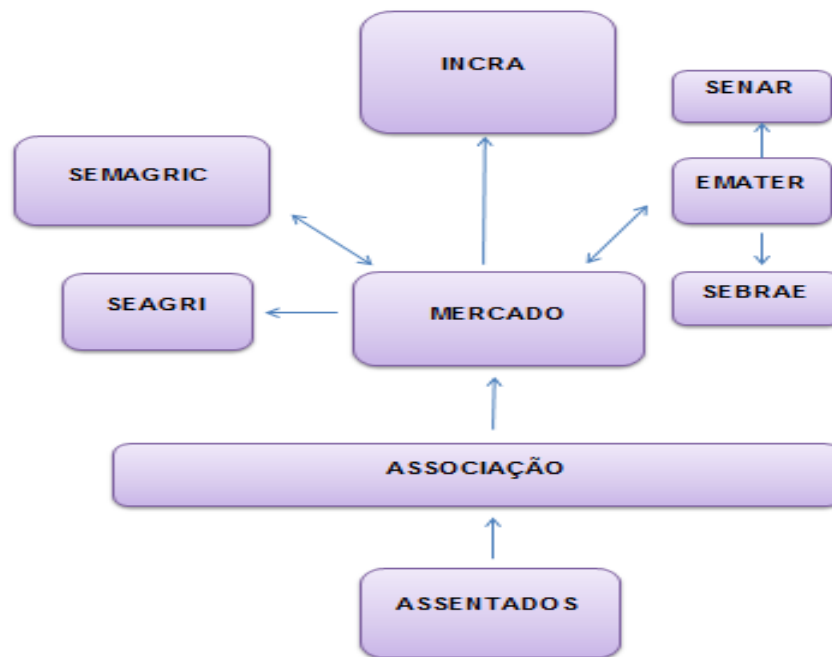


Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2011.

#### 4 Organização do Espaço Produtivo

A organização do espaço produtivo do assentamento está diretamente ligada à associação e é subsidiada por órgãos como EMATER, SEMAGRIC, INCRA e SEAGRI. Abaixo, esquema que exemplifica a organização produtiva do assentamento.

Figura 03 – Esquema da organização produtiva.



Fonte: Organizado por Viviane Nery Silva, 2015.

A figura 03 apresenta algumas peculiaridades que merecem destaque. A associação está representada por um retângulo estendido horizontalmente, para dar uma noção de base, já que é através dela que os principais benefícios chegam até o assentamento. O mercado ocupa o centro da figura, pois é a necessidade de inserção neste que move a engrenagem desse sistema, tendo em vista que, para se inserir no mercado, torna-se necessária a busca por técnicas e créditos, e estes benefícios são alcançados através dos órgãos ilustrados na figura acima e da intervenção da associação.

O tamanho dos retângulos também tem significado: INCRA (concessão dos lotes) e SEMAGRIC (escoamento da produção) apresentam tamanhos maiores e representam o nível de importância dos mesmos para os assentados. O SENAR e o SEBRAE estão conectados à EMATER para transmitir uma noção de parceria, já

que estes, geralmente, não desenvolvem projetos diretamente, mas sim em parceria com outros órgãos.

A figura principal desse sistema é a associação, pois ela se apresenta como o veículo articulador entre os associados e os órgãos competentes. É importante ressaltar que nem todos os benefícios alcançados são restritos apenas aos sócios, sendo que a associação atua para a melhoria do assentamento em geral. SEAGRI, SEBRAE e SENAR atuam no assentamento com capacitações técnicas para a melhoria e o aumento da produção, através de cursos que são oferecidos por meio da associação e, como anteriormente citado, estão abertos a todos os assentados, para os sócios e para os não sócios.

A Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento deveria estar inserida junto às ações da prefeitura, mas ganha destaque pelo reconhecimento da importância de sua atuação para o assentamento, pois exerce uma das etapas mais importantes da produção, que é o escoamento.

Dentro do processo produtivo, a prefeitura tem seu maior reconhecimento no escoamento da produção, como já descrito. Os serviços de educação e de saúde (SEMED e SEMUSA, respectivamente) são considerados precários devido a falta constante de professores e a inexistência de médicos, uma vez que existe nas agrovilas apenas um posto de coleta de exames de malária.

A EMATER contribui com a distribuição de sementes, cursos, análises de solo e assistência social. No geral, estes diferentes órgãos atuam como parceiros nos projetos implantados no assentamento. O INCRA, dentro deste sistema, apresenta-se como o órgão de maior importância, reconhecido pelos assentados pela concessão dos lotes e pelos financiamentos (créditos de investimentos e custeios produtivos). Mas de acordo com as entrevistas, apesar de sua importância, ele é considerado distante, talvez por suas ações serem empreendidas por órgãos terceirizados.

Para entender o sistema de organização do espaço agrícola de Joana D'Arc III é necessário conhecer os principais problemas encontrados nesse espaço, como: falta de fertilidade no solo, precariedade das estradas e condições climáticas (excesso de chuva ou período de estiagem). Soma-se a esses os problemas que mais afetaram a comunidade em 2014 e 2015, que são a subida do lençol freático, a contaminação das águas – tornando-as impossível para o consumo humano –, a

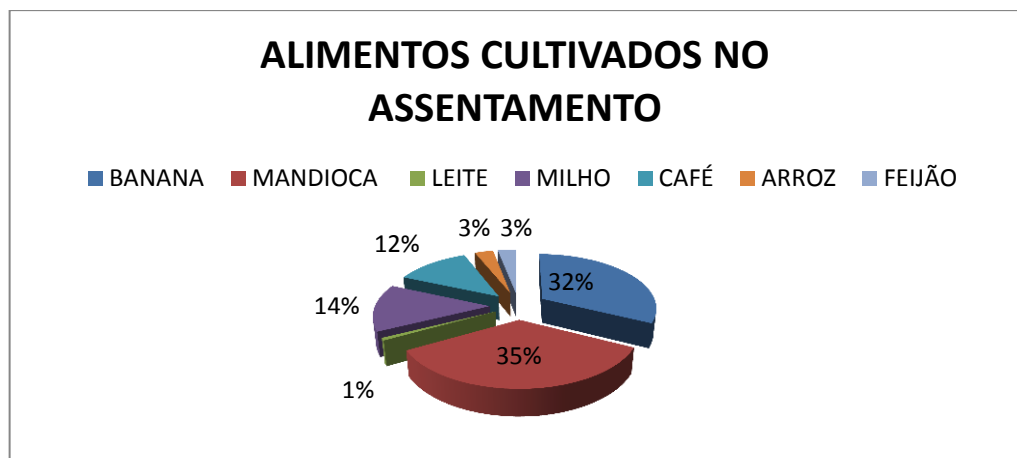
invasão de animais silvestres (como onças), a morte das plantações devido o solo estar encharcado e a invasão de mosquitos.

Diante de todos os problemas citados, entende-se que o assentamento necessita de todos os fatores externos que atuam no local e que necessita buscar ainda mais parcerias, investimentos, créditos, etc.

Sendo assim, levando-se em consideração todos os problemas apresentados e os fatores externos que atuam no assentamento, é que foram definidos os principais cultivos produzidos e, também, as etapas de produção do principal e mais rendoso produto: a mandioca/farinha.

A escolha do cultivo a ser plantado é condicionada por vários fatores: a fertilidade do solo, os custos e os lucros. Os produtos cultivados são mandioca em primeiro lugar – pois é o produto que dá mais lucro –, a banana em segundo lugar, o milho e o café.

Gráfico 04 – Alimentos cultivados no assentamento. Porto Velho/RO.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO. Organizado por Viviane Nery Silva, 2015.

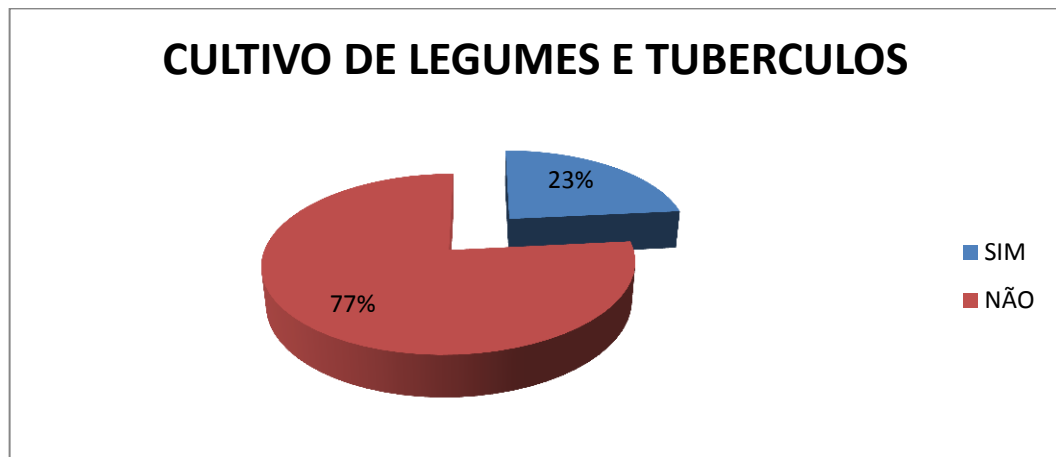
O solo de Joana D'Arc III não possui fertilidade suficiente para produzir cultivos como arroz, feijão, milho, entre outros, mas, ainda assim, estes são plantados mesmo que em pequena quantidade com a ajuda de insumos e algumas técnicas. O gráfico 04 ilustra todos os alimentos produzidos no assentamento (agrovilas), mas também há uma divisão entre esses produtos: aqueles destinados à subsistência e aqueles destinados ao comércio.

Os alimentos destinados à venda são a banana, algumas frutas e leguminosas; a mandioca é o alimento mais cultivado dentre os assentados, mas somente ganha destaque após sua transformação em farinha. O restante dos

alimentos são usados para o consumo e complementados com alimentos comprados na cidade de Porto Velho.

Os legumes fazem parte dos alimentos destinados à subsistência no assentamento, assim como os tubérculos, uma vez que 23% dos assentados praticam essa forma de cultivo.

Gráfico 05 – Principais legumes produzidos no assentamento. Porto Velho/RO.

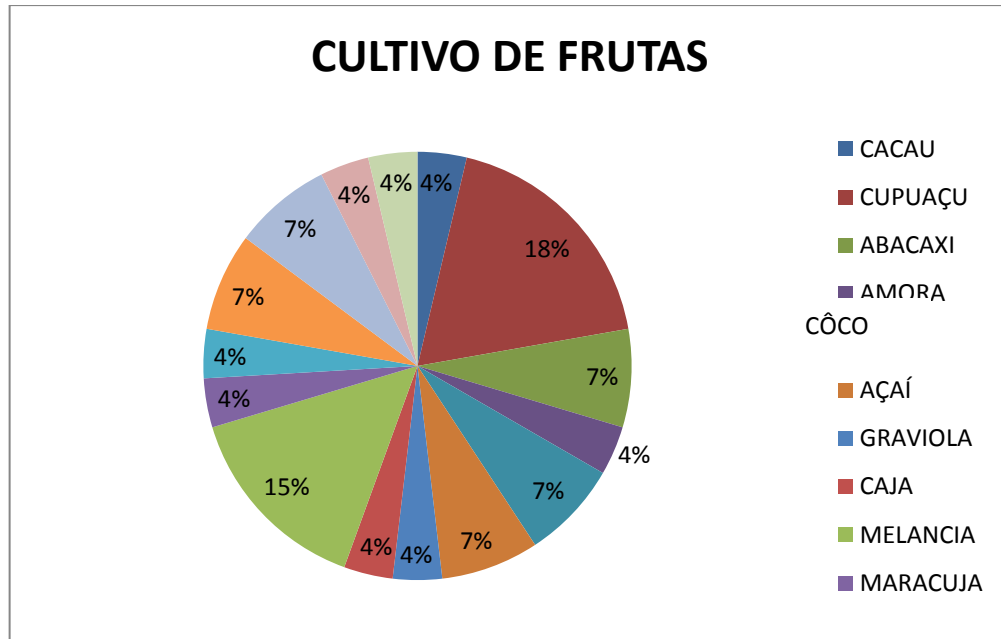


Fonte: Acervo GEPGÊNERO. Organizado por Viviane Nery Silva, 2015.

Os alimentos que se destacam são abóbora, quiabo, batata doce e inhame. Esses cultivos, na maioria das vezes, são realizados por mulheres, pois exigem um menor tempo de dedicação e, assim, elas podem conciliar até três funções: o cultivo, o trabalho doméstico e o trabalho na roça.

Quanto às frutas, a maioria é para consumo, sendo o maior entrave para a comercialização destas a falta de equipamentos para despolar e as dificuldades no transporte por não haver caminhão frigorífico. Seria necessária uma pequena agroindústria para beneficiamento dessas frutas, mas, atualmente, esse sonho esbarra em questões econômicas e burocráticas.

Gráfico 06 – Principais frutas produzidas no assentamento. Porto Velho/RO.

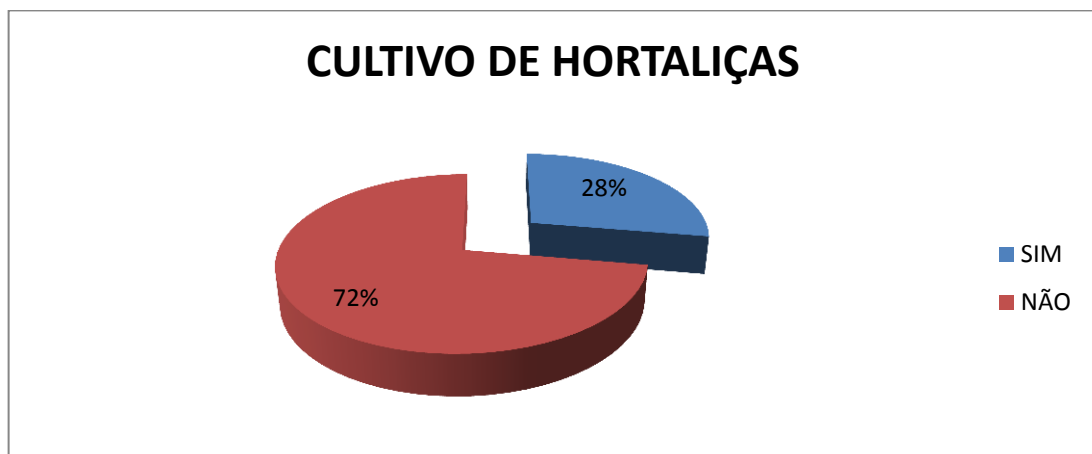


Fonte: Acervo GEPGÊNERO. Organizado por Viviane Nery Silva, 2015.

Alguns cursos foram realizados no assentamento voltados para o beneficiamento dessas frutas e polpas, mas devido à falta de infraestrutura (energia elétrica, despoldadoras, acondicionamento adequado) para a comercialização, essas frutas fazem parte apenas da alimentação familiar. Os cultivos a serem destacados são o cupuaçu e a melancia.

As verduras também são citadas como alimentos produzidos no assentamento, mas devido à necessidade de irrigação não são produzidas para a comercialização, sendo, também, utilizadas apenas para o consumo da família.

Gráfico 07 – Hortaliças produzidas no assentamento. Porto Velho/RO.



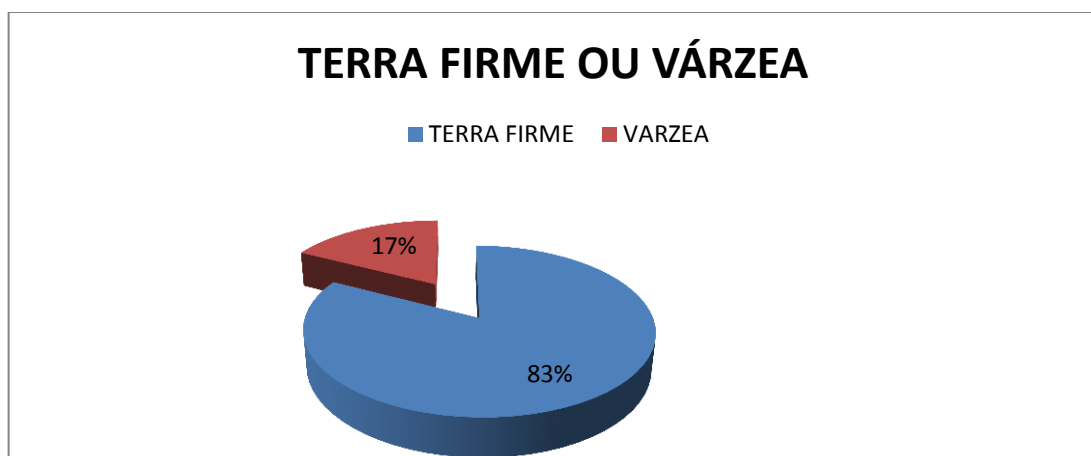
Fonte: Acervo GEPGÊNERO. Organizado por Viviane Nery Silva, 2015.

Frutas, leguminosas e verduras são os produtos citados como cultivos geralmente femininos, o que reforça a ideia de que o trabalho que estas mulheres exercem seja considerado como simples ajuda, pois não trazem renda e servem apenas para o sustento da família. É dessa maneira que se reforça o papel de invisibilidade da mulher no campo, pois o tipo de serviço prestado por ela é tido como uma “simples ajuda” ao companheiro, mesmo quando elas trabalham exercendo a mesma função que o homem.

Os gráficos 04, 05, 06 e 07 contradizem a colocação do grupo número dois (composto por aqueles que desejam deixar o assentamento), pois os dados mostram que é possível produzir. Dessa forma, tornou-se necessário fazer um cruzamento de dados para identificar fatores que justifiquem tal informação.

O dado mais relevante a ser analisado é a localização desses assentados, ou seja, se os lotes desses moradores encontram-se em terra firme ou várzea. Para análise desse dado, os moradores que identificaram seus lotes localizados em área de várzea fizeram essa colocação baseando-se no fato de que parte ou a maior parte de seu lote alaga em determinada época do ano.

Gráfico 08 – Localização dos lotes em relação a terra firme ou várzea. Porto Velho/RO.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO. Organizado por Viviane Nery Silva, 2015.

De acordo com o gráfico, a maioria dos assentados das agrovilas encontra-se em terra firme, fato que permite que os mesmos produzam os diversos alimentos citados acima. Outra informação relevante é identificar a localização dos moradores residentes em local de várzea.

Os assentados que se identificaram morando em área de várzea estão localizados, principalmente, nas agrovilas Chico Mendes, Padre Ezequiel e Vencedora. Outro dado que pode ser relacionado a este é que a agrovila Vencedora teve uma diminuição de 16 moradores, no ano de 2013, para cinco, no ano de 2015, apresentando a maior redução entre as agrovilas.

Levando em consideração todas as informações citadas anteriormente, teremos, assim, uma série de fatores que contribuem para a não estagnação da produção no assentamento: a maior parte dos lotes está localizado em terra firme; há acesso a assistência técnica, a tratores, caçambas e insumos agrícolas; há, também, dois fornos mecanizados e, para finalizar, há o auxílio do caminhão da SEMAGRIC para escoar a produção. Em um curto período de tempo pode somar-se a esses fatores a agroindústria, que elevará o nível de produção e, conseqüentemente, os lucros, gerando, desta maneira, emprego e proporcionando qualidade de vida a esses assentados.

#### **4.1 Processo de Produção da Farinha**

O principal produto cultivado em Joana D'Arc III é a mandioca, matéria-prima da farinha e base da economia local. Dos 47 entrevistados apenas um não cultivava a mandioca. O plantio é feito por toda a família e quando é preciso aumentar a mão-de-obra, pagam-se diárias a terceiros que variam de 40 a 50 Reais. Já a colheita é feita, na maioria das vezes, pelos homens.

A coletividade também se apresenta na parte produtiva e os assentados utilizam as casas de farinha mecanizadas que estão localizadas nas associações. Existem duas casas de farinha mecanizadas nas agrovilas, sendo que elas são utilizadas por sócios e por não sócios.

Para organizar o uso da farinheira é feito um controle por parte da associação, especificamente pelo presidente. Existe uma lista de reserva da farinheira e cada pessoa que vai produzir farinha coloca o nome em uma lista, fazendo a reserva que pode ser durante uma ou até duas semanas, dependendo da quantidade de mandioca; o responsável pela produção contrata ou convida seus ajudantes. Para uma melhor compreensão do processo de produção ele será



dividido em seis etapas: etapas I e II são, basicamente, manuais e as etapas seguintes, mecanizadas.

O processo da produção de farinha ocorre, como foi possível observar, da seguinte maneira:

Etapa I – consiste no descascar das mandiocas. Essa etapa é cumprida quase que exclusivamente pelas mulheres, tendo a participação masculina apenas de crianças ou de jovens que acompanham suas mães.

Fotografia 12 – Etapa I: mulheres descascadeiras. Porto Velho/RO.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2011.

Além de descascar, as mulheres também têm como função a limpeza, retirando todas as cascas e as depositando em local adequado.

Fotografia 13 – Armazenamento das cascas de mandioca (adubo orgânico). Porto Velho/RO.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2011.

O local onde é depositada a casca da mandioca fica ao lado da casa de farinha e estas cascas ficam, por um determinado tempo (não especificado), e servem como adubo orgânico. Elas mesmas fazem o transporte das cascas com o auxílio de um carrinho de mão. Nessa parte do processo, cada uma delas retira as cascas acumuladas do local. O valor pago a elas é contado pela quantidade de sacos cheios de mandiocas descascadas: um saco cheio equivale a R\$5,00. Esta etapa pode se estender por dois ou mais dias.

Etapa II – consiste em colocar de molho para “pubar”, que é deixá-la de molho até ficar com uma consistência mole.

Fotografia 14 – Mandioca de molho. Porto Velho/RO.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2011.

Antes de colocar de molho, a mandioca precisa ser lavada, pois, caso contrário, a farinha fica escura devido o excesso de sujeira. Desta forma, elas são depositadas em caixas d'água e tampadas, onde aguardam cerca de dois dias.

Etapa III – a mandioca passa pelo ralador e se transforma em uma massa.

Fotografia 15 – Triturador de mandioca. Porto Velho/RO.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2011.

Etapa IV – a massa que sai do ralador passa pela prensa, onde perde o excesso de água.

Fotografia 16 – Prensa para retirar excesso de água da massa de mandioca. Porto Velho/RO.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2011.

Etapa V – a massa passa pela peneira.

Fotografia 17 – Peneira elétrica. Porto Velho/RO.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2011.

Etapa VI – a massa já peneirada vai para o forno.

Fotografia 18 – Forno elétrico. Porto Velho/RO.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2011.

O forno é aquecido e a temperatura é controlada, colocando ou tirando a madeira do fogo. É preciso, também, colocar um pouco de óleo para que a farinha não grude na base do forno, que é de metal; em seguida, é depositada a massa. O forno é composto por um suporte de barro que mantém uma base de metal com um suporte acoplado (essa parte é elétrica), tendo por finalidade misturar a massa até que ela alcance o ponto adequado. Junto à farinha também é depositado um corante, para deixá-la mais amarela. Depois de pronta, a farinha é retirada do forno

e depositada em uma caixa de madeira e, se estiver muito grossa, ainda passa por um triturador.

Depois de todo esse processo, a farinha é embalada (após esfriar) e armazenada na própria casa de farinha, onde fica até que o caminhão da SEMAGRIC passe e leve a produção para o mercado do produtor, localizado na cidade de Porto Velho. O caminhão passa todas as terças-feiras.

As imagens a seguir retratam o caminhão da SEMAGRIC e a produção já ensacada, pronta para o mercado.

Fotografia 19 – Caminhão da SEMAGRIC. Porto Velho/RO.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2011.

Fotografia 20 – Produção de farinha. Porto Velho/RO.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2011.

Os sacos são identificados através do nome dos donos escritos neles. Em geral, os produtos que mais são transportados são banana e farinha.

## 4.2 Mulher e Espaço Produtivo

Ao analisar a divisão sexual de Joana D’Arc III, foi possível identificar algumas diferenciações entre homens e mulheres no que se refere a ocupações em determinados postos de trabalho.

Na busca de uma melhor compreensão deste universo, ou seja, do espaço produtivo, tornou-se necessário vivenciar o dia-a-dia dessa comunidade. Foi observado que, no período de produção da farinha, as mulheres acordam mais cedo que o de costume e vão até a casa de farinha para realizarem a primeira etapa da produção, que é o descascar da mandioca.

Esse grupo de descascadeiras é composto de esposas, filhas e algumas poucas vezes dos filhos (homens) menores. Essas mulheres não costumam interpretar sua participação nesse processo como inferior, mas sim como essenciais, pois, de acordo com as observações empreendidas nos discursos desses(as) agricultores(as), chega-se a conclusão de que, do ponto de vista dessa população, o processo produtivo é um sistema onde cada pessoa tem sua importância e função: mulheres e crianças realizam as etapas manuais e os homens as etapas mecanizadas e a venda.

Fotografia 21 – Divisão sexual do trabalho: manual e mecanizado. Porto Velho/RO.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2015.

Fotografia 22 – Trabalho feminino x trabalho masculino. Porto Velho/RO.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2015.

Essa divisão sexual e etária do trabalho configura-se ideologicamente há muito tempo. Desta maneira, podemos compreender que há uma diferenciação de função e remuneração, onde as mulheres não se apresentam em equidade com a figura masculina. Isso porque esse sistema faz parte de uma estrutura moldada nos primórdios da atividade produtiva, tanto urbana quanto rural, de forma que as mulheres realizam atividades ligadas ao lar, ou seja, uma extensão do privado para o público, característica essa que define sua remuneração, sendo que as atividades domésticas não são consideradas trabalho, por não gerarem renda e, conseqüentemente, no espaço público essas atividades têm remuneração baixa.

As atividades de descascar, lavar a mandioca e limpar o local de produção são compreendidas como uma extensão do privado para o público. Esta afirmação está baseada nas entrevistas realizadas com os assentados, nas observações e nas pesquisas bibliográficas. Interpretando esta afirmação, compreende-se que as mulheres realizam uma ajuda na produção e que essa ajuda é recompensada em dinheiro.

Assim, de maneira errônea, todo o trabalho empreendido pelas mulheres no processo produtivo do assentamento é considerado ajuda, o que nos traz à tona uma realidade que se reproduz não só no Assentamento Rural Joana D'Arc III, mas também nos diferentes espaços rurais do país, que é o não reconhecimento do trabalho feminino.

No decorrer da pesquisa foi possível identificar dois perfis de mulheres descascadeiras:

- Mulheres que frequentam a farinheira na sua produção ou na produção de parentes ou amigos próximos, sendo sua participação como descascadora restrita ao seu ciclo familiar ou de amizade; e,
- Mulheres que frequentam assiduamente. De acordo com o sistema de uso da farinheira, esta é reservada toda a semana para produtores diferentes, sendo que, independentemente de parentes ou amigos, estas mulheres descascadeiras se apresentam sempre no local, pois esta atividade surge como uma fonte de renda para elas ou complementações de renda.

Na maioria das vezes, essas mulheres têm que conciliar duas ou mais atividades. Os serviços domésticos são a atividade número um, que incluem atividades da casa, preparo da alimentação, cuidados com os filhos, e somente depois destas somam-se as demais.

Diante desses dois perfis de mulheres é possível identificar, dentro desse espaço movido por um sistema que tem por princípio o patriarcalismo, características positivas para a equidade de gênero. Isso porque a mulher que consegue, apesar de toda a desigualdade em relação aos postos de trabalho e “salário”, tornar essa atividade fonte de renda parcial ou, em algumas das vezes, principal, está rompendo paradigmas.

### **4.3 Principais Problemas do Assentamento**

A pesquisa teve como meta pontuar os problemas que mais atingem a população do assentamento. Essa análise se depara com diferentes resultados, pois o problema pode ser visto e interpretado de diferentes maneiras dependendo de quem o analisa. Dentro da realidade de Joana D’Arc III teremos dois diferentes conceitos que pertencem a dois diferentes grupos: grupo I (os assentados que desejam permanecer no assentamento) e grupo II (os assentados que desejam deixar o assentamento).



Tabela 05 – Principais problemas do assentamento.

<b>Principais Problemas</b>	<b>Grupo I</b>	<b>Grupo II</b>
Infraestrutura	Todos os problemas de infraestrutura são contornados com ajuda de instituições. Esse grupo não nega a existência dos problemas, mas evidencia que os mesmos têm solução, desde que sejam assistidos pelos órgãos competentes.	Os problemas de infraestrutura foram se agravando ao longo dos anos. A ajuda para burlar esses problemas está restrita a um grupo pequeno.
Fertilidade do Solo	Não existe terra improdutivo, o que falta é a coragem de trabalhar, afirma o presidente da Associação ASPROJODA, que propõe parcerias com órgãos públicos. Aponta, ainda, como causa do problema a falta de acesso à assistência técnica ou a financiamentos e, também, a falta de cooperação entre os assentados, etc.	O solo encontra-se encharcado e muitos perderam suas plantações. De lá nós tirávamos sustento e hoje dependemos de uma cesta básica, dá até vergonha, afirma uma assentada, que recebe cesta básica do INCRA, pois o solo do seu lote se tornou improdutivo devido ao excesso de água.
Isolamento	Isolamento não existe, pois as estradas recebem manutenção. O isolamento se deu apenas no período das enchentes do rio Madeira.	A enchente do rio Madeira, do ano de 2014, só veio agravar os problemas já existentes, pois estes já incomodavam a população há mais de três anos. Um dos líderes acampado no INCRA nos informa que o local está em estado de calamidade pública e que mais de 200 famílias já foram remanejadas. O transporte utilizado pelos moradores é o ônibus de linha que, segundo ele, só vai três vezes na semana, “quando vai” afirma uma das assentadas. O ônibus hoje está chegando apenas à linha 13.

Fonte: Acervo GEPGÊNERO. Organizado por Viviane Nery Silva, 2015.

Através de pesquisas bibliográficas (PDSA, dissertações e monografias) e trabalhos de campo também foi possível elaborar uma visão dos principais problemas do assentamento. Quanto aos problemas de infraestrutura eles existem

desde o início do assentamento, uma vez que as estradas precárias são relatadas pelos técnicos da COOTRARON e ATES no PDSA do assentamento, de 2007.

Nas viagens a campo também foram observados esses entraves. As viagens foram realizadas por diferentes veículos, como: o ônibus da Universidade (que ficou preso na lama em uma das viagens), caminhonetes e o transporte utilizado pelos moradores que o é ônibus de linha. No ônibus de linha foram mais de quatro horas de viagem, muita poeira e buracos, sendo que estas viagens foram realizadas entre os anos de 2010 e 2015. Contudo, o que pode ser observado é que após a enchente do rio Madeira intensificou-se o trabalho de manutenção destas estradas.

Quanto ao acesso às técnicas para melhoria da produção, pode-se constatar que no assentamento existem maquinários que auxiliam no manejo do solo para a produção e eles estão disponíveis para todos os assentados, sendo que os mesmos precisam pagar uma taxa que varia para sócios e para não sócios da associação. As taxas dos sócios eram de 5% e esse valor poderia sofrer reajustes, assim como o dos não sócios.

Quanto ao escoamento da produção, o caminhão da SEMAGRIC realiza o transporte dos produtos até a cidade de Porto Velho duas vezes por semana. Segundo o PDSA, esse trabalho teve início no ano de 2006. Também de acordo o PDSA, a fertilidade do solo de Joana D'Arc III é baixa e, por isso, os assentados sempre dependeram de assistência técnica, a exemplo da distribuição de calcário. Atualmente, além da fertilidade existe o problema do solo encharcado, uma vez que o lençol freático da região subiu muito depois da construção da UHE de Santo Antônio.

Quanto ao isolamento, ele foi constatado apenas no período da cheia do rio Madeira, sendo que anterior a isso podem ser citados o isolamento da linha 19 – quando não havia estradas até esse local – como relatado no PDSA. Em relação ao transporte, o ônibus de linha é precário, porém é importante destacar que no início da pesquisa o ônibus de linha chegava até as agrovilas e, no decorrer do tempo, esse trajeto foi reduzido, assim como a assiduidade do mesmo.

Apesar de toda a pesquisa bibliográfica ou, ainda, das viagens a campo, a análise e os resultados obtidos não se apresentam aqui como verdades absolutas. Faz-se importante destacar que não existe grupo certo ou grupo errado, não existe mentiras ou verdades; existem diferentes pontos de vista, assim como existem

grupos que vivenciam realidades diferentes, com trajetórias diferentes, com cargas emocionais diferentes.

Um mesmo problema pode ser interpretado de maneira diferente, por mais que o pesquisador permaneça 365 dias no assentamento, conviva e divida todos os processos de luta, ainda assim ele não poderá compartilhar a mesma experiência. Cada assentado carrega consigo uma história de vida e eles podem compartilhar da mesma luta, almejar os mesmos objetivos, mas a vivência é única.

#### **4.4 Permanência no Assentamento**

*Como eles conseguem permanecer no assentamento sem abandonar seus lotes?*

Mesmo que o assentamento esteja dividido, e que um considerável número de assentados não deseje permanecer, ainda assim é necessário responder a incógnita acima. O grupo que deseja permanecer é formado por cerca de 40 famílias e, através da aplicação dos instrumentos da pesquisa, foi possível fazer o levantamento de alguns fatores que contribuem para essa permanência. A questão da localização geográfica é a primeira delas, uma vez que o assentamento está localizado cerca de 100 quilômetros da parte urbana de Porto Velho; essa curta distância significa a certeza de mercado consumidor. Interpreta-se 100 quilômetros como curta distância quando comparado com outros assentamentos que são mais distantes e que não possuem estradas (quando o acesso se dá por barcos), como por exemplo o PDSA Nazaré e Boa Vitória, no médio Madeira, local onde o grupo GEPGÊNERO também desenvolve pesquisas.

Essa proximidade com a área urbana permite que o assentado, em algumas horas, possa levar sua produção para o comércio e, também, possa ir e vir no mesmo dia, dependendo, evidentemente, das condições da estrada, do tempo e do caminhão da SEMAGRIC. O presidente da associação compara Joana D'Arc III a um bairro da cidade de Porto Velho.

O transporte também pode ser destacado, tendo em vista que seu custo é zero, pois o mesmo é realizado pelo caminhão da SEMAGRIC. Outro fator que pode ser salientado é a sensação de incerteza que alimenta a vontade de não querer ir

para outro assentamento. A trajetória de vida desses assentados mostra a dificuldade que é começar em um assentamento, sendo que o medo de ter que começar do zero é regado pelas lembranças de luta e sofrimento por que passaram para chegar até o momento atual.

## CAPÍTULO V

### CONHECENDO JOANA D'ARC III

Fotografia 23 – Estrada de acesso às agrovilas. Porto Velho/RO.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2013.

Para que o leitor possa reconhecer o assentamento, mesmo sem visitar o local, torna-se necessário usar recursos de mídia, nesse caso, as fotografias. As viagens de campo para o assentamento se iniciaram em 2010 e continuam ocorrendo até hoje, sendo que neste ano de 2015 já foi realizada uma no mês de janeiro. As viagens eram realizadas por transportes da universidade, como ônibus e caminhonetes, mas também no transporte utilizado pelos assentados, ou seja, o ônibus de linha.

As fotografias retratam diferentes viagens a campo, mas, principalmente, a viagem realizada no período de abril de 2011, em que estiveram presentes três pesquisadoras: Viviane Nery, Kelliany Oliveira e Cláudia Nascimento, tornando-se possível acompanhar o dia-a-dia desses assentados e dessas assentadas.

Nesta viagem foi utilizado o ônibus de linha e passamos quatro dias na comunidade, momento em que acompanhamos o processo de produção de farinha, que é a base da economia desse assentamento.

A viagem se iniciava (e ainda se inicia) atrás do mercado do produtor, localizado no centro de Porto Velho e, em seguida, a travessia da balsa, que atualmente não ocorre devido à construção da ponte que liga Porto Velho a Humaitá (AM). No período chuvoso, os principais problemas da estrada eram a lama e os buracos; já na estiagem, era a poeira. As viagens eram demoradas e os moradores das últimas agrovilas chegavam durante a noite e, muitas vezes, tinham que caminhar com seus pertences até seu lote.

Portanto, todas as viagens a campo tiveram seu grau de importância, pois somente através dessa vivência é que se torna possível realizar a descrição verdadeira da vida desses assentados, suas lutas, suas dificuldades e, também, suas vitórias.

Fotografia 24 – Local de compra de passagens e embarque. Porto Velho/RO.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2015.

Essa é a agência de viagens na qual se compram as passagens para o assentamento, sendo, na verdade, uma espécie de corredor entre duas lojas e o preço das passagens varia de acordo com a distância a ser percorrida. O valor cobrado para quem vai até as agrovilas é de R\$30,00.

Não há rodoviária e o embarque ocorre na rua, em frente à agência de passagens. Os assentados se acomodam pelas calçadas, nas paradas de ônibus próximas ou na frente das lojas, principalmente para se abrigarem do sol.

Após a compra das passagens, os assentados, finalmente, embarcam em direção ao assentamento. Há pouco menos de um ano atrás, no início do percurso era necessário o uso de uma balsa para atravessar o rio Madeira, sendo que hoje essa travessia é feita em um curto período de tempo através da ponte que liga Porto Velho ao município de Humaitá (AM).

Fotografia 25 – Ponte sobre o rio Madeira. Porto Velho/RO.



Fonte: Grupo Aterpa, 2014. Organizado por Viviane Nery Silva, 2015.

A ponte possui quase um quilometro de extensão (975 metros) e a construção beneficia os assentados no que refere à agilidade na travessia, sendo que o maior benefício é para os estados de Rondônia e Amazonas. Quando a travessia era realizada por balsas era necessário aguardar em filas, dividir espaço com carretas, pois apenas duas balsas realizavam o transporte. Sendo assim, somando o tempo de espera nas filas, o embarque e o desembarque dos veículos, mais o tempo de travessia que ultrapassava 20 minutos, em dias de muito movimento esse tempo chegava a dobrar.

No ônibus falta espaço para os passageiros e, também, para as compras, sendo que alguns moradores fazem parte do trajeto em pé e se apoiando do jeito que conseguem.



Fotografia 26 – Interior do ônibus. Famílias e suas compras no retorno para Joana D’Arc III. Porto Velho/RO.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2012.

A porta traseira, nessas viagens, ficava bloqueada pelas compras, mas na medida em que o ônibus avançava em direção ao seu destino, o mesmo se esvaziava. Geralmente, essas compras são realizadas uma vez ao mês, sendo que esse período das compras coincide com a venda dos produtos na cidade.

Torna-se importante observar as sacolas de compras dos assentados, pois nelas podem ser identificados alimentos como arroz, feijão e café, o que evidencia que a maior parte de sua alimentação é adquirida na cidade através de compras e que sua produção não é totalmente de subsistência.

Fotografia 27 – Compras de alimentos realizadas na cidade de Porto Velho. Porto Velho/RO.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2012.

Assim como já relatado, frutas, legumes e verduras são cultivados para a subsistência, sendo que mandioca e banana são destinadas ao mercado e, com o lucro da venda desses produtos, compram-se os bens que eles não produzem.

Ao longo do percurso as dificuldades apareciam, tanto para o ônibus de linha quanto para o ônibus da universidade. As dificuldades variavam sendo que, às vezes, era o pneu que furava ou, em outras vezes, poderia ser o ônibus que atolava.

Fotografia 28 – Principais dificuldades no acesso ao assentamento. Porto Velho/RO.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2011.

Qualquer contratempo poderia atrasar a viagem por horas, não sendo raro os assentados enfrentarem dificuldades nessas estradas. Em seu percurso normal e sem grandes atrasos, o ônibus costumava chegar na última agrovila por volta das 19 horas.

A viagem era longa e cansativa, durando cerca de quatro horas, mas somente em viagens sem contratemplos maiores. Há relatos de moradores que permaneceram na estrada até a madrugada, sendo que esses episódios ocorriam, também, com as crianças que utilizam o ônibus escolar, o qual, frequentemente, quebrava as deixando na estrada.

Fotografia 29 – Pôr-do-sol em Joana D’Arc III. Porto Velho/RO.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2012.

Existem moradores que necessitam caminhar por mais alguns quilômetros até chegarem aos seus lotes, muitas vezes com sacolas, sacos de compras e outros objetos adquiridos na cidade.

No assentamento, as mulheres descascadeiras eram as primeiras a serem encontradas em dias de produção de farinha. Elas acordavam mais cedo que o de costume, adiantavam todos os serviços da casa e partiam para a casa de farinha.

Fotografia 30 – Mulheres descascadeiras na casa de farinha. Porto Velho/RO.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2012.

O ambiente de trabalho também era considerado um ambiente de lazer, pois se tornava um ponto de encontro entre as mulheres do assentamento. Existiam e existem algumas regras a serem seguidas como, por exemplo, cada mulher

descascadeira de mandioca limpa o seu local ou suas cascas, sendo que elas são pagas por sacas de mandiocas descascadas. Elas geralmente traziam os filhos menores para o local e se dividiam entre os cuidados com as crianças e a realização do trabalho.

A produção do assentamento é escoada para a zona urbana de Porto Velho pelo caminhão da SEMAGRIC. Antes da cheia do rio Madeira, a produção do assentamento era transportada e comercializada no mercado do produtor sendo que, atualmente, o mercado mudou de local, mas continua no centro da cidade, na Rua Presidente Dutra.

Fotografia 31 – Escoamento da produção. Porto Velho/RO.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2012.

É importante destacar, na imagem, os principais produtos comercializados pelos assentados de Joana D'Arc III que são a farinha e a banana. Como é possível observar, a estrutura do caminhão não permite transporte de alimentos, como verduras ou polpas de frutas, como já relatado. O acesso desse caminhão até a comunidade não é diário e ocorre três vezes por semana, podendo variar de acordo com as condições da estrada, do tempo ou do próprio caminhão.

Segundo dados obtidos através da análise dos questionários, a maior parte dos assentados pertence à religião evangélica e está representada pelo percentual de 55%, seguida dos católicos, com 41%. Somam-se a estes os 4% que representam aqueles que afirmam não possuir nenhuma religião.

Fotografia 32 – Igrejas evangélica e católica. Porto Velho/RO.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2012.

As igrejas evangélicas possuem cultos semanais, muitos deles presididos por membros da própria comunidade. Já as missas realizadas na igreja católica são mensais.

As agrovilas não possuem posto de saúde, mas existe na comunidade um posto de atendimento para realização de exames de malária. Essa doença causada por um mosquito é a que mais assolou a população do local, tanto que em todas as entrevistas ela estava presente, existindo relatos de pessoas que tiveram a doença várias vezes. Durante os primeiros anos no assentamento, o número de pessoas acometidas pela malária era alto e, com o passar dos anos, esse número reduziu.

Fotografia 33 – Posto de coleta de exames de malária. Porto Velho/RO.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2012.

Atualmente, os mosquitos ainda são um incômodo para a população da região, pois, como afirmam os moradores, após a construção das usinas de Santo Antônio e Jirau houve um aumento do número de mosquitos no local. Esse aumento se refere aos insetos e não à doença da malária.

Durante as primeiras visitas ao assentamento foi estabelecido o contato representado pelo presidente da associação e o ponto de apoio representado por uma assentada, Dona Anita.

Fotografia 34 – Caminhada para reconhecimento do local, Joana D’Arc III/Agrovila. Porto Velho/RO.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2012.

Tanto o apoio quanto o contato tiveram seu grau de importância na pesquisa, principalmente no que diz respeito ao fornecimento de informações. Porém, merece destaque o comprometimento de Dona Anita, que nos apresentou o assentamento e,

também, os assentados e as assentadas. Com a ajuda de Dona Anita fomos bem recepcionadas pelos assentados e assentadas, sendo que a foto abaixo destaca o momento em que fomos visitar e aplicar questionários a uma das assentadas do local.

Fotografia 35 – Dona Anita e Dona Margarida, colaboradoras da pesquisa. Porto Velho/RO.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2012.

Essa é a residência de Dona Margarida e, nesse local, também funciona um pequeno comércio que a auxilia em sua renda. O local ainda é apontado pelos moradores como ponto de realização dos principais eventos da comunidade: natal, ano novo, casamentos e outros.

As reuniões da associação dos produtores rurais de Joana D'Arc III, nesse período (2011/2012), contavam com a presença maciça dos associados. Atualmente, não só a presença, mas também o número de associados reduziram.

Fotografia 36 – Reunião da associação dos produtores rurais. Porto Velho/RO.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2011.

Podemos pontuar alguns dos motivos da redução do número de associados. Tomamos como o primeiro exemplo o que já foi relatado anteriormente: a redução do número de moradores nas agrovilas, assim como em todo o assentamento Joana D'Arc. Outra situação foi o descrédito dos assentados para com a associação devido a suspeita de fraudes no local.

Esse é o ponto de apoio e, também, a casa de Dona Anita. Nesse local realizávamos nossas refeições e nos hospedávamos, sempre tendo sido bem recebidas pela família.

Fotografia 37 – Casa de Dona Anita e também o ponto de apoio da equipe. Porto Velho/RO.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2012.

Nesse local nos aproximamos mais da vivência desses assentados e tivemos a oportunidade de conhecer tarefas do dia-a-dia, principalmente a divisão dessas



tarefas entre homens e mulheres. Assim, fomos apresentadas a outros assentados e assentadas e conhecemos a rotina da farinha.

As reuniões da associação aconteciam nos sábados, uma vez por mês e eram nesses momentos que o grupo realizava as viagens a campo. Felizmente, nessas reuniões era possível encontrar um maior número de assentados e, também, representantes de todas as agrovilas, principalmente das mais distantes e de difícil acesso.

Fotografia 38 – Aplicação de questionários após a reunião dos produtores rurais. Porto Velho/RO.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO, 2011.

Nesse momento eram aplicados os questionários. Durante os primeiros anos de pesquisa no assentamento, tínhamos bastante facilidade com a aplicação de questionários, mas logo surgiram as dificuldades: os assentados tornaram-se um pouco resistentes ao darem informações, pois acreditavam que as pesquisadoras do grupo GEPGÊNERO trabalhavam para a usina de Santo Antônio.

O Assentamento Rural Joana D'Arc possui muitos problemas, sejam eles de infraestrutura ou ambientais, mas nesse assentamento como um todo existem também grandes riquezas, como a diversidade cultural dos camponeses que ali vivem.

Atualmente, 286 famílias continuam sua marcha camponesa em busca de terras, infelizmente seu pedaço de chão teve que ser mais uma vez deixado para traz. Em sua trajetória de vida, a luta se apresenta como uma das suas principais características. Outra característica é a luta em conjunto, que é a estratégia utilizada pelos camponeses das agrovilas para permanecerem na terra.

As agrovilas desse assentamento são um meio complexo de tensões e contradições. Assim como todo o país, enfrentam dificuldades no escoamento de seus produtos, problemas de infraestrutura e problemas ambientais.

Várias foram as adversidades relatadas pelos assentados, sendo, inicialmente, as estradas. Esse problema acompanha os moradores desde o início do assentamento, como relataram nas entrevistas. Antes o acesso era apenas por um “picadão”, ou seja, uma estradinha estreita, sem cascalho, que era um caminho no meio da floresta. Ao longo dos anos, as estradas foram sendo abertas, mas ainda existem dificuldades no acesso. Quando inicia o período chuvoso o problema se agrava, sendo esse o período de maior dificuldade para escoar os produtos.

Mesmo com tantas dificuldades os camponeses resistem e lançam mão de estratégias para consolidar sua permanência na terra. As imagens do capítulo fotográfico têm por objetivo levar o leitor a conhecer as agrovilas e, também, as dificuldades enfrentadas por seus moradores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificar as estratégias que permitem a permanência do campesinato nas agrovilas do Assentamento Rural Joana D'Arc III se apresentou como o principal objetivo desta pesquisa, e a complexidade que envolve esse tema gerou alguns entraves ao longo do desenvolvimento deste trabalho, sendo que as dificuldades podem ser identificadas logo no início.

O início de qualquer trabalho científico se dá pela busca de uma base teórica, e foi nesse momento que surgiu a primeira barreira que foram os debates teóricos em torno do termo campesinato, pois não existe um consenso quanto ao uso do termo ou, até mesmo, quanto a existência dessa classe. Dessa forma, definir o termo campesinato não é tarefa fácil, e trabalhar a epistemologia do termo se tornou uma tarefa mais difícil ainda.

Não é possível identificar uma estratégia ou um fator que determine a permanência desses camponeses, mas sim uma série de fatores que interagem entre si e, conseqüentemente, de maneira harmônica contribui para tal permanência.

Esses fatores anteriormente citados são: a localização privilegiada, pois a maioria dos lotes das agrovilas encontra-se em terra firme; a utilização de insumos agrícolas; o acesso a assistência técnica; a modernização das técnicas de produção, com a introdução da farinha mecanizada; a utilização de máquinas, como trator e caçamba; e, também, a utilização do caminhão da SEMAGRIC para escoamento da produção.

Quanto a principal estratégia, de acordo com os instrumentos de pesquisa aplicados, foi possível identificar a ação em grupo como o meio mais eficaz para se alcançar o objetivo da permanência. Foram através do trabalho em grupo que os assentados obtiveram a maior parte de seus benefícios, ações lideradas, na maioria das vezes, pela associação dos produtores rurais do assentamento.

O assentamento encontra-se dividido, pois um número significativo de moradores já deixou o local. Esses fatores podem contribuir para o enfraquecimento do trabalho em conjunto, prejudicando, assim, a busca pela melhoria do coletivo. Porém, o que se observa até o momento é que, apesar de reduzidos, os assentados

que desejam permanecer no local resistem a todos esses problemas, sejam eles de ordem 'natural', como as enchentes, ou de infraestruturas.

A associação continua sendo o elo entre os assentados e o acesso a políticas públicas, tornando-se evidente que o número de associados tenha sofrido também uma redução, mas ainda que reduzido, este grupo acredita em uma causa incomum que é o funcionamento da agroindústria.

A realização desse objetivo incomum tem como significado a consolidação desses moradores no assentamento. Com esse empreendimento em funcionamento há uma projeção de aumento do mercado consumidor de possíveis parceiros comerciais, principalmente voltados para a exportação de farinha. A agroindústria tornou-se a principal garantia de permanência nas agrovilas.

A pesquisa evidenciou que os assentados produzem e podem continuar produzindo, não todos os produtos de sua base alimentar, mas alguns, como mandioca, banana, café, milho e feijão que, comercializados, podem gerar renda e garantir os demais (M-D-M), como relatado anteriormente. Contudo, o principal cultivo é o da mandioca que move a economia local e que se tornou alvo dessa pesquisa, principalmente por revelar as principais relações de trabalho existentes no assentamento.

Dentro do processo da produção da farinha, que é a atividade que exige maior organização devido a ser o produto incomum a todos os agricultores, as mulheres participam das etapas manuais, de descascar a mandioca, colocar de molho e a limpeza da farinheira, sendo que as etapas mecanizadas são exercidas pela figura masculina, incluindo, também, o processo final que é a comercialização dos produtos. Analisando este contexto, segundo Rossini (2006), que trata do trabalho da mulher na agricultura canavieira altamente tecnificada, entende-se que o trabalho tecnificado no meio rural é masculino.

Com a introdução do modo capitalista de produção, intensificou-se a modernização da agricultura, surgindo novas técnicas que são compreendidas, segundo Santos (2006, p. 16), como "um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço". Compreende-se, desta maneira, que o surgimento de novas técnicas na base econômica do assentamento cria espaços desiguais entre homens e mulheres.

Caracterizou-se, ainda, que dentro desta divisão sexual do trabalho não há mobilidade para que esta mulher passe da etapa manual para a mecanizada e, ainda, que o homem faça a trajetória contrária, tendo em vista que os cursos oferecidos para manuseio das máquinas de produção de farinha foram disponibilizados apenas para os homens. Isso demonstra que algumas intervenções de programas, órgãos ou instituições contribuem para a não equidade de gênero.

Também pode ser evidenciada a maneira pela qual a mulher, mesmo sobre condições adversas em relação aos postos de trabalho, busca obter renda. Estas ações podem significar o início da busca destas mulheres pela equidade de gênero.

Outra questão que merece destaque é no que se refere ao grupo que deseja deixar o assentamento: em sua manifestação no INCRA, as lideranças foram fracionadas entre as linhas e agrovilas e todos tinham um representante, mas não havia nenhuma mulher como líder, fato esse que evidencia a exclusão das mulheres no espaço de tomadas de decisões.

Existem diversos fatores em Joana D'Arc III que requerem continuidade em suas análises, a exemplo da agroindústria e os impactos positivos e negativos desse empreendimento no local. Assim sendo, o fator tempo se apresentou como limitante para a análise de alguns resultados e, desta maneira, é importante a realização de pesquisas futuras para dar continuidade aos estudos na comunidade.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Relações de gênero em assentamentos: a noção de empoderamento em questão. In: LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea. **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008. p. 217-240.

BUTTO, Andrea; HORA, Karla Emanuela R. Mulheres e reforma agrária no Brasil. In: LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea. **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008. p. 19-37

CARVALHO, Regina Vieira de. Inovação, diversidade cultural e aocialidade: uma análise multifatorial das mudanças em Capitão Poço. In: COSTA, Francisco de Assis et al. **Agricultura familiar em transformação no nordeste paraense: o caso de Capitão Poço**. Belém: UFPA/NAEA, 2000.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da geografia**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

HENRIQUES, Maria Helena Fernandes de Trindade. A política de colonização dirigida no Brasil: um estudo de caso, Rondônia. **Rev. Bras. Geogr.**, Rio de Janeiro, v. 46, n. ¾, p. 393-423, jul./dez. 1984.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006, Agricultura Familiar Primeiros Resultados Brasil Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Brasil, 2009.

MARAFON, Gláucio Jose. O trabalho de campo como um instrumento de trabalho para o investigador em geografia agrária. **Rev. Geogr. de América Central**, Costa Rica, n. esp., p. 1-13, jul./dez. 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Rev. Nera**, ano 11, n. 12, jan./jun. 2008.

MELO, Hildete Pereira; DI SABBATO, Alberto. O censo da reforma sgrária de 1996 e 1997 em uma perspectiva de gênero. In: LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea.

**Mulheres na reforma agrária:** a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008. p. 39-80.

MELO, Hildete; CAPPELLIN, Paola; CASTRO, Elisa. Agricultura familiar nos assentamentos rurais: nas relações entre as mulheres e os homens. O Caso do Pontal de Paranapanema. In: LOPES, Adriana; BUTTO, Andréa (orgs.). **Mulheres na reforma agrária:** a experiência recente no Brasil. Brasília: Nead Debate, 2008. p. 81-151.

MELLO, Hildete; Sabbato, Alberto Di. Um olhar de gênero nos assentamentos da reforma agrária. In: LOPES, Adriana; BUTTO, Andréa (orgs.). **Mulheres na reforma agrária:** a experiência recente no Brasil. Brasília: Nead Debate, 2008. p. 153-184.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia:** pequena história crítica. 21. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. Geografia e gênero em assentamentos rurais: espaços de poder. In: SILVA, Joseli Maria et al. **Espaço, gênero e poder:** conectando fronteiras. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011.

OLIVEIRA, Cláudia Nascimento. **“Um lugar para chamar de meu”:** as agrovilas do assentamento rural Joana D’Arc III e seus migrantes. Porto Velho: 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Rondônia.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses.** São Paulo: UNESP, 2012.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PROJETO DE ASSENTAMENTO JOANA D’ARC III – PDSA. Porto Velho: COOTRARON, 2007.

ROSSINI, Rosa Ester. O trabalho da mulher na agricultura canavieira altamente tecnificada e capitalizada – São Paulo – Brasil. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, María Laura. **América Latina:** cidade, campo e turismo. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Espaço e método.** 5. ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, Maria Joseli. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Rev. de História Regional**, 2003.

SILVA, Maria Joseli. Ornat, Marcio José; Chimin Junior, Alides Baptista. (org.) **Espaço e gênero feminilidades ibero-americanas.** Ponta Grossa PR: Todapalavra, 2011.

SILVA, Maria Joseli. NABOZNY, Almir; ORNAT, Marcio José. **A visibilidade e a invisibilidade feminina na pesquisa geográfica: uma questão de escolhas metodológicas.** In Espaço Gênero e feminilidades ibero-americanas / SILVA, Joseli Maria [et. al.] Ponta Grossa Pr. TODAPALAVRA, 2011.

SILVA, Viviane Nery da **Geografia e gênero: divisão sexual do trabalho na agricultura familiar, no assentamento rural Joana D'Arc III.** Porto Velho: 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Universidade Federal de Rondônia.

SPOSITO, Eliseu Sávierio. **Geografia e filosofia contribuindo para o ensino do pensamento geográfico.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SUZUKI, Júlio César. Geografia agrária: gênese e diversidade. In: MARAFON, Gláucio José. **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura,** Rio de Janeiro, p. 42-61, 2003



**BIBLIOGRAFIA**

AB'SABER, Aziz N. Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia Brasileira, *In: Revista de Estudos Avançados* 16 (54), USP, São Paulo, 2002.

ADAMS, Cristina, Murrieta, Rui, Neves, Walter (org.). **Sociedades Caboclas Amazônicas**: Modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

ANDRADE, Manoel Correia de. **O Brasil e a América Latina**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 1994.

BACHELARD, Gaston. **A Formação do Espírito Científico**: Contribuição para uma Psicanálise do Conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BORGES, Maristela Corrêa. Da observação Participante à Participação Observante: uma experiência de pesquisa qualitativa. *In* RAMIRES, Julio Cesar de Lima, PESSÔA, Vera Lúcia Salaz. **Geografia e Pesquisa Qualitativa nas trilhas da Investigação**. Uberlândia: Assis Editora, 2009.

BECKER, Berthak. **Amazônia**, Editora Ática, São Paulo, 1991.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *In: Revista Estudos Feministas*, CFC/CCE/UFSC, Vol. 12, n. 1: p. 205-27, 2004.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio**: trabalho e pobreza das mulheres em território do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz alta/RS. Buenos Aires: Clacso, 2011.

CAPEL, Horacio. **Filosofía y ciência em la geografia contemporânea**: una tradución a la geografia. [s.l.]: Barcanova temas universitários, 1981.

CASTRO, Iná Elias de; Gomes, Paulo Cesar da Costa; Corrêa, Roberto Lobato (org.). **Brasil**: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

CASSIRER, E. **Ensaio sobre o Homem. Introdução a uma Filosofia da Cultura Humana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ESMERALDO, Gema Galgani S.L. Ruídos com Marcas de Transgressões Acoradas em Mulheres Assentadas. *In* LOPES, Adriana L & BUTTO Andrea **Mulheres na Reforma Agrária A experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano; Marques, Marta Inez Medeiros ; Suzuki, Júlio César. (org.) **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Poupular, 2007.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira, **Mundo Rural e Geografia. Geografia agrária no Brasil**, Editora UNESP, São Paulo, 2002.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico: elaboração e formatação. Explicitação das normas da ABNT**. 14. ed. Porto Alegre: s.n., 2008.

GÓES, Kellyany Oliveira Castro de. SOUSA, Rúbia Elza Martins de. NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. **Um Estudo sobre gênero no assentamento rural Joana Darc III – Porto Velho – RO**. Publicado nos Anais do NEER. 2011.

GOMES, P. C. C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GUEVARA, Maria A. Arias; WESZ JUNIRO, Valdemar João. Prácticas agroecológicas em espacios de reforma agrária: impactos em lãs relaciones de gênero. *In: Espaço Gênero e feminilidades ibero-americanas* / SILVA, Joseli Maria [et. al.] Ponta Grossa PR. TODAPALAVRA, 2011.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. [s.ed.] São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HARTSHORNE, R. **Propósitos e Natureza da Geografia**, tradução T. N. Neto. São Paulo: HUCITEC, 1978.

HOLANDA FILHO, Zenildo Ferreira. **Impactos Socioambientais da Tecnologia de Cultivares de Banana em Área de Assentamento de Reforma Agrária em Rondônia**. Dissertação de Mestrado. Porto Velho: UNIR, 2007.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

LAN, Diana. Género y violencia: Uma ostentación de gênero em cada concepto. *In: Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras*. org. joseli Maria Silva [et. AL], Ponta Grossa, todapalavra, 2011.

LAN, Diana. Las mujeres pobres y El circuito espacial de la violencia domestica em Argentina. *In: Espaço Gênero e feminilidades ibero-americanas* / SILVA, Joseli Maria [et. al.] Ponta Grossa PR. TODAPALAVRA, 2011.

LOPES, L. Adriana; Butto, Andrêa. (org.). **Mulheres na Reforma Agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986

MARTINS, Márcio Marinho. **Corumbiara: massacre ou combate? A luta pela terra na fazenda Santa Elina e seus desdobramentos**, Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, Rondônia, 2009.

MARTÍN, Víctor. De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Sur De España. *In: REVISTA NERA – ANO 10, Nº. 11 – JULHO/DEZEMBRO DE 2007 – ISSN: 1806-6755*

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Assentamentos ruais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. *In: LOPES, Adriana L. & BUTTO Andrea. Mulheres na Reforma Agrária A experiência recente no Brasil*. Brasília: MDA 2008.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio. **A Formação dos assentamentos rurais no Brasil Processos sociais e políticas públicas**. 2ª Ed. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agricultura familiar no Brasil: aspectos da formação de uma categoria política. *In: Las agriculturas familiares Del Mercosur: trayectorias, amenazas y desafíos / Mabel Manzanal [et. al.], 1ed. CICCUS. Buenos Aires, 2010.*

MELO ,Hildete Pereira; DI SABBATO, Alberto. Mulheres Rurais – Invisíveis e mal remunerada. *In: Gênero Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Mercosul*. Brasília: Nead Debate, 2006

MENDONÇA, F.A. e KOZEL, S. **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Editora da UFPR, 2002.

MURARO, Rose Marie. **A mulher no terceiro milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro**. 2.ed. Rio de Janeiro, 1992.

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva; Silva, Maria Joseli. (org.) **Interseccionalidades, Gênero e Sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa: todapalavra, 2014.

NETTO, Carlos Mielitz. Agricultura familiar no contexto das políticas públicas brasileiras. *In: Las agriculturas familiares Del Mercosur: trayectorias, amenazas y desafíos / Mabel Manzanal [et. AL.], 1ed. CICCUS. Buenos Aires, 2010.*

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Geografia das Lutas no campo**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 1993.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Agricultura Camponesa no Brasil**, Contexto, São Paulo, 2001.

QUAINI, M. **A Construção da Geografia Humana**, trad. Liliana Laganá, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

ROSSINI, Rosa Ester. **Gênero e Preconceitos: O trabalho da mulher na moderna agricultura canvieira paulista (1997-2005)**. Anais do VI Seminário Internacional Fazendo Gênero. Florianópolis: UFSC, 2006.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e a reciprocidade**. traduzido do francês por Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, Milton. **Por Uma Geografia Nova**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1978

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5 ed. São Paulo Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. [et al.] **Territórios territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 1.ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SCHMITZ, Heribert (org), **Agricultura Familiar Extensão Rural e Pesquisa Participativa**. São Paulo: Annablume, 2010.

SEVILLA GUSMÁN, Eduardo. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, Maria Joseli. (org.). **Geografias Subversivas**. Ponta Grossa PR: Todapalavra, 2009.

SILVA, Maria Joseli. SILVA, Edson Armando e JUNCKES, Ivan Jairo. **Construindo a Ciência: Elaboração Crítica de Projetos de Pesquisa**. Curitiba. Pós-Escrito, 2009.

SILVA, Maria Joseli. Ornat, Marcio José; Chimin Junior, alides Baptista. (org.) **Geografias malditas: corpos, sexualidades e espaços**. Ponta Grossa: Todapalavras, 2013.

SILVA, Viviane Nery da. OLIVEIRA, Cláudia Nascimento de; NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. **Assentamento rural joana d'arc III: um olhar na perspectiva de gênero**. Relatório Final PIBIC 2010/2011

SILVA, Viviane Nery da. OLIVEIRA, Cláudia Nascimento de; NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. **Gênero e Campesinato: Um estudo das relações de gênero no assentamento rural Joana D'arc III**. Relatório Final PIBIC 2011/2012

SIQUEIRA, Andréa D. Mulheres, Relações de Gênero e tomadas de decisão em unidades doméstica caboclas do Estuário Amazônico. *In*: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter. **Sociedade Cabocla Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Editora Annablume, 2008.

SUERTEGARAY, Dirce Antunes. **Pesquisa de Campo em Geografia**. IV Encontro Estadual de Geografia de Minas Gerais. Sem data . Belo Horizonte.

YANNOULAS, Silva Cristina; VALLEJOS, Adriana Lucila; ZULMA, Viviana. **Feminismo e Academia**. V. 81, n 199, p; 425-451, Brasília, 2000.

**ANEXO**

ANEXO A – Omissões em levantamento apresentado pela Santo Antônio Energia.

Figura 03 – Omissões em levantamento apresentado pela Santo Antônio Energia.

**21 Anos**  
**FETAGRO**  
 FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DE RONDÔNIA  
 filiada a **CONTAG** e **CUT**

Rondônia - Quinta-Feira, 12 de Fevereiro de 2015

« **VOLTAR**

**Omissões em levantamento apresentado pela Santo Antonio Energia pode comprometer estudos do INCRA**

O levantamento topográfico aéreo feito pela Santo Antônio Energia, sobre a área atingida pelo lago da Usina no Rio Madeira, incluindo o assentamento Itana D'Arc, que foi repassado ao INCRA não está completo, faltando informações essenciais para determinar a área total atingida. A afirmação foi de técnicos do INCRA, que estão realizando estudos para determinar as áreas afetadas no assentamento; além disso, o levantamento da Santo Antônio Energia utiliza tecnologia de ponta e em Rondônia nem em Inglês, Federal ou Estadual, tem equipamentos e programas para processar as informações repassadas. A revelação aconteceu na tarde desta quarta-feira (11) durante reunião realizada na Superintendência do INCRA em Porto Velho.

A reunião foi presidida pelo representante do INCRA Nacional, Celso Florêncio, com a participação de Cláudio Brito, superintendente interno, do agrônomo do INCRA Welton Napolitano, Waldemar Barros chefe de gabinete, representantes das associações de agricultores do Itana D'Arc, Sindicato dos Trabalhadores Rurais (SITR), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRO) e Central Única dos Trabalhadores (CUT). Celso Florêncio, representando o presidente Nacional do INCRA, veio levantar mais informações sobre a dramática situação dos assentados do Itana D'Arc, que estão com dificuldades e obtendo famílias acampadas desde o dia 12 de julho último em frente ao escritório da Santo Antônio Energia. Ao final do dia Celso Florêncio visitou as famílias no acampamento.

Para os representantes dos agricultores do Itana D'Arc a denúncia de omissão de informações por parte da Santo Antônio Energia é grave e evidencia a tentativa da empresa de marginalizar os resultados dos estudos de impacto que estão sendo realizados pelo INCRA; além disso, entendem que é obrigação da empresa repassar os dados completos dos levantamentos aéreos feitos, disponibilizar equipamentos adequados e programas necessários para que os técnicos do INCRA possam realizar os estudos de impactos. As entidades pretendem encaminhar à Santo Antônio Energia notificação para que estes itens sejam atendidos, além de denunciar o fato ao Ministério Público Estadual e Federal, à Ouvidoria Agrária Nacional, aos parlamentares e a Comissão de Direitos Humanos da OAB, que instaurou um procedimento que poderá resultar em uma ação em Corte Internacional de Direitos Humanos.

Durante a reunião foram relatados os graves problemas enfrentados pelos agricultores do Itana D'Arc, como aleijamentos, animais selvagens e picanetas, mosquitos, enchimento do solo que se torna improdutivo, escolas fechadas, falta de saúde e estradas intransitáveis. Também, foi solicitado que o INCRA inicie imediatamente estudos para o reassentamento dos agricultores atingidos, para que possam continuar a viver da agricultura; além de garantir especialmente a segurança alimentar das famílias atingidas. Foi denunciado, ainda, que na manhã desta quarta-feira (11) o acampamento em frente a Santo Antônio Energia sofreu um ataque de um motopistoleiro desconhecido, que fez ameaças, sendo o fato registrado em boletim de ocorrência policial nº 1361001007381.

Fonte: Assessoria CUT/RO

Compartilhe

Rua Padre Adolfo Rohf 696-B Caixa Preta Tel: (69)3421 5985  
 Todos os direitos ©2012 www.kampdesign.com.br

Fonte: <http://fetagro.org.br>.

## ANEXO B – Solo encharcado inviabiliza agricultura no assentamento Joana D'Arc.

Figura 04 – Solo encharcado inviabiliza agricultura no assentamento Joana D'Arc.

Centenário de Porto Velho - 1911 - 2011 - PARABÉNS

Artengenho Comunicação e Web Design  
www.artengenho.com.br  
GRÁFICA EXPRESSA E WEB DESIGN  
(69) 3217.3294 - 3217.3290

amazonia da gente

Home Notícias Ambiente Política Negócios Cultura Opinião Povos da Floresta Educação Questão agrária Turismo em Rondônia

12/08/2013 - 22:21h

## Solo encharcado inviabiliza agricultura no assentamento Joana Darc

O problema foi provocado pela construção da UHE de Santo Antônio e a empresa construtora se nega a reconhecer a situação.

Ana Amabile

Monitores do Projeto de Assentamento Joana Darc, de Porto Velho, continuam nesta semana uma verdadeira peregrinação em busca de água para a reabilitação de mais de 200 famílias que estão sem condições de produzir porque...

"A situação no Joana Darc está muito ruim. A água mina até no meio da estrada", informou o vereador Marcelo Hele, que vem acompanhando os problemas do assentamento. Ele explica que a empresa indenizou as famílias assentadas num rateio de 10 quilômetros além da margem do rio, mas a região afetada é maior. O superintendente adjunto do Itina (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) Celso Bittor de Brito, informou que uma equipe do órgão está fazendo um levantamento da situação para enviar um relatório ao Itina Nacional.

Segundo Brito, a SAE reconhece que a construção da hidrelétrica afetou 38 lotes do assentamento, cuja processo de indenização já chegaram ao Itina, mas estão paradas por falta de análise do órgão. Muito alega que, mesmo antes da construção de um lote, já existem evidências de necessidade de indenizar um número maior de famílias e o loteado está aguardando a comprovação desta fato para garantir os remanejamentos. Muito culpa que mais de 200 famílias foram afetadas.

Grupo de trabalho está levantando a situação.

O superintendente adjunto do Itina alertou os agricultores sobre a necessidade de resolver o caso antes de 2015, ano previsto para o término da construção das hidrelétricas. "Desde então, ficou muito mais difícil resolver essa situação", afirmou. Além do levantamento do Itina, um grupo de trabalho está elaborando laudos que possam basear um pedido de indenização das famílias pelo SAE. O grupo é formado por diversos órgãos, como a Uir (Universidade Federal de Rondônia), Ceplac (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira), COTM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais), Itama e Itina, entre outros.

Agricultores sem condições de produzir

Jaelson Jerônimo mora há 18 anos no Joana Darc. Em 2000 pediu demissão do cargo de professor para cultivar a terra, mas desde 2011 diz que não consegue mais trabalhar na lavoura. De plantação de 3 hectares de urucum que cultivou no local, apenas mais hectare está produzindo. O restante foi afetado pelo longo período encharcado. "O povo que tinha uma altura de até metros até chegar na água, agora só tem três", reclama. Outra reclamação é a ocorrência de insetos. "A gente não tem mais sossage. De dia são os ratos e à noite, os campalês, que dá tão grande pensam moscas".

O vereador Marcelo Hele diz que é grande o número de famílias que já abandonaram a região, por causa da dificuldade de trabalhar a terra. "O que eles (a SAE) querem é que o pessoal abra o lote para depois alegar que abandonaram o assentamento, mas na realidade a região não oferece a mínima condição de sobrevivência para os agricultores", afirmou. Ele confirma a ocorrência de onças e cobras que atacam os moradores nas propriedades, amealhando as famílias e matando animais domésticos.

"Se alguém for lá neste período de seca, não vai constatar nenhum problema, mas na época das cheias a situação fica insustentável. Várias famílias estão desativadas porque as estradas ficam embora de água durante o período das cheias, inclusive um estabelecimento construído pela própria Santo Antônio Energia, nas proximidades da linha 1", denuncia um morador.

Apagado na categoria: Artéria - Povos da Floresta | Impressão | Comentários (1)

Um comentário sobre "Solo encharcado inviabiliza agricultura no assentamento Joana Darc"

rcalbrasil disse:  
10 de outubro de 2014 às 15:42  
su saúde não tá boa e não tem nada com o solo tudo isso que fala e mentira basta constar

Responda

Deixe um Comentário

Nome (obrigatório)

E-mail (não será publicado) (obrigatório)

Fonte: <http://www.amazoniadagente.com.br>.



## ANEXO C – Assentados do Joana D'Arc exigem indenização de usina em Porto Velho.

Figura 05 – Assentados do Joana D'Arc exigem indenização de usina em Porto Velho.

globo.com | g1 | globoesporte | gshow | famosos & etc | vídeos ASSINE JÁ | CENTRAL | E-MAIL | ENTRAR >

**G1** | RONDÔNIA 

G1 | Na TV | Esporte | Aeroportos | VC no G1 + Regiões

12/07/2013 13h01 - Atualizado em 12/07/2013 13h01

### Assentados do Joana D'Arc exigem indenização de usina em Porto Velho

Moradores estão acampados em frente ao escritório da usina.  
Santo Antônio Energia afirma que indenizações já foram pagas.

Ivanete Damasceno  
Do G1 RO Comente agora |  Tweetar | 32 |  Recomendar | 0



Assentados procuram sombras para ficar em frente a sede do escritório da Santo Antônio Energia (Foto: Ivanete Damasceno/G1)

**Rondônia**  
veja tudo sobre >

**Motorista abastece mais de 40 litros de gasolina e sai sem pagar, em RO**  
HÁ 1 HORA

**Homem é baleado com quatro tiros em frente de casa em...**  
HÁ 1 HORA

**Carro de passeio capota em Ariquemes, RO, e motorista sai...**  
HÁ 2 HORAS

**Por falta de asfalto, cadeirante não consegue entrar e sair...**  
HÁ 2 HORAS

▼

**Brasil** +

**Porto Velho** +

PUBLICIDADE

Fonte: <http://g1.globo.com/>.

## ANEXO D – Caminhão para os produtores do Joana D'Arc.

Figura 06 – Caminhão para os produtores do Joana D'Arc.



The screenshot shows the website for Santo Antônio Energia. At the top, there is a navigation menu with links for 'home', 'empresa', 'tecnologia', 'desenvolvimento', 'energia', and 'sustentabilidade'. Below the navigation, the breadcrumb trail reads 'SANTO ANTÔNIO ENERGIA > CAMINHÃO PARA OS PRODUTORES DO JOANA D'ARC'. The main content area features a news article titled 'Caminhão para os produtores do Joana D'Arc'. The article includes a photograph of a white truck with 'SANTO ANTÔNIO ENERGIA ENTREGA CAMINHÃO PARA COMUNIDADE DO JOANA D'ARC / ASSARPROJ III' written on its side. The text of the article describes the donation of a truck to the Assarproj III community and mentions the company's commitment to supporting local producers and infrastructure. To the right of the article is a 'Vídeos' section with two video thumbnails. At the bottom of the article, there are social media sharing buttons for Facebook (Like, Share) and Twitter (Tweet).

**SantoAntônio ENERGIA** home empresa tecnologia desenvolvimento energia sustentabilidade

SANTO ANTÔNIO ENERGIA > CAMINHÃO PARA OS PRODUTORES DO JOANA D'ARC

### Notícias

#### Caminhão para os produtores do Joana D'Arc

A Associação dos Assentados Rurais do Projeto Joana D'Arc III (Assarprojd) recebeu no dia 3 de março um caminhão doado pela Santo Antônio Energia.

A entrega foi resultado de uma negociação entre as famílias remanescentes do projeto Joana D'Arc e a empresa, com o objetivo de impulsionar as atividades produtivas dos assentados. "Este veículo vai nos ajudar a escoar nossas produções, principalmente as de farinha, banana, macaxeira e hortaliças. Além disso, pode nos ajudar nas obras de manutenção das estradas que dão acesso ao Joana D'Arc", explicou o presidente da Assarprojd, Wellington Wesley de Azevedo.

A referida associação, criada em 2001, atende hoje mais de 230 famílias da região que vivem principalmente da agricultura e da pesca. Além do investimento de R\$175 mil na compra do caminhão Agrale modelo 13000 caçamba, a Santo Antônio Energia iniciará esta semana as obras de recuperação emergencial nas estradas de acesso ao Joana D'Arc, com destaque para as linhas cinco e sete, que totalizarão sete quilômetros de obras.

Vídeos

+ veja mais

Like Share 0 Tweet 0

Fonte: <http://www.santoantonioenergia.com.br/>.

## ANEXO E – Famílias Acampadas no INCRA, exigem uma solução.

Figura 07 – Famílias acampadas no INCRA, exigem uma solução.



**Rondoniagora**

**ADMINISTRAÇÃO** Bacharelado - 8 semestres - Noturno

**DIREITO** Bacharelado - 10 semestres - Noturno

**CIÊNCIAS CONTÁBEIS** Bacharelado - 8 semestres - Noturno

Publicidade

GERAL Política Polícia Cidades Nacional Artigos Todas as Matérias Empregos Redação Publicidade

Ler últimas notícias Procurar por

**Nossa produção de peixe saltou de 12 mil toneladas/ano para 80 mil.**

**Simone HAIR**  
3222-4116 / 9204-0682  
Rua da Ametista, 4421 - Mal. Rondon

**GERAL**  
Segunda-feira, 31 de março de 2014 - 18:07  
Porto Velho

10 pessoas curtiram isso. Seja o primeiro entre seus amigos.

**Mais de duzentas famílias do assentamento Joana D'arc estão acampadas no INCRA e exigem uma solução**

Desde a tarde da última sexta-feira (28) aproximadamente duzentas e cinquenta famílias de agricultores do assentamento Joana D'arc estão acampadas dentro das instalações do INCRA em Porto Velho, cobrando uma resposta à pauta de reivindicações protocolada no último dia 26 de fevereiro, na superintendência do órgão. Os agricultores reivindicam o retorno do pagamento da ajuda de custo no valor de R\$ 874,12 para as 286 famílias cadastradas e que esse pagamento continue até que a situação seja resolvida definitivamente; e que o processo de solução seja conduzido pelo INCRA com a participação de representantes do Joana D'arc e do sindicato; além de acompanhamento dos Ministérios Público Federal e Estadual.

A principal reivindicação das famílias acampadas é a de que o INCRA, que já tinha destinado cerca de R\$ 24 milhões para um novo assentamento, viabilize recursos para indenizar todas as 286 famílias. Para viabilizar esta e as demais reivindicações, os agricultores estão exigindo uma nova reunião em Brasília, com todos os órgãos competentes, as lideranças do Joana D'arc e a Santo Antônio Energia S/A para um acordo final sobre esta questão. Em reunião realizada na manhã desta segunda-feira (31) na superintendência do INCRA, com a participação de representantes da OAB, CUT, Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTR), lideranças do Joana D'arc e o coordenador da Defesa Civil da Capital, foi oferecido alojamento nos abrigos construídos para os atingidos de cheia do Rio Madeira.

Durante a reunião foi informado pelo coordenador da Defesa Civil, coronel José Pimentel, que já foi feito um levantamento no Joana D'arc e identificadas aproximadamente 40 famílias em áreas de grande risco, as quais

Fonte: <http://www.rondoniagora.com>.

**RENATO CAVALCANTE**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

**RENATO CAVALCANTE**  
OAB/RG - 2391  
Cel.: 69 9987 1884 | 9378 4343

**LEONARDO MELO**  
OAB/RG - 5939  
Cel.: 69 8134 3883 | 9348 4875

Rua Dom Pedro II, 2218  
Bairro: Nossa Senhora das Graças  
CEP: 68804-029 | Porto Velho - RO  
Fone: 69 3223 2528